

Jovino de Sousa Rodrigues

**Universidade de Brasília
Faculdade de Educação**

**Salário e trabalho docente:
Discussão da valorização do profissional**

Brasília

2011

Jovino de Sousa Rodrigues

**Salário e trabalho docente:
Discussão da valorização do profissional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Dr.^a Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Brasília

2011

Jovino de Sousa Rodrigues

**Salário e trabalho docente:
Valorização profissional e qualidade da educação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Dr.^a Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Prof.^a Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof.^a Catarina de Almeidas Santos (examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof.^a Maria Emília Gonzaga de Souza (examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Cleyton Hércules Gontijo (suplente)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília

2011

Porque diz a Escritura: Não ligarás a boca ao boi que debulha. E: Digno é o obreiro do seu salário.
1 Timóteo 5:18

Agradecimentos

A Deus, pelo grande presente que me deu, a vida. A Ele, ainda, pelas pessoas que vieram nesse embrulho.

Ao meu lar, pessoas que me agüentam todos os dias, que me amam e apóiam, pelo menos na maioria das vezes. A meus pais, por depositarem infinita confiança e esperança em mim, investindo os seus melhores anos, suas forças e esforços para que eu fosse quem sou. À minha irmã, parte de quem sou hoje, espelho em minhas atitudes. Afinal, o irmão mais novo é fortemente influenciado pelo irmão mais velho, não é mesmo?

Ao amor de minha vida, musa inspiradora de minhas conquistas, com quem pretendo construir um lar, uma família. Obrigado por estar ao meu lado, pois ao seu lado sou a melhor versão de mim.

À minha família, a enorme família. Tios, tias, primos e primas. Sim, estou me lembrando de cada um de vocês a escrever esses agradecimentos e sim, sou grato a Deus pelos momentos que passamos juntos. À minha avó, de maneira singular, pelo amor e pela aceitação incondicional.

Aos meus amigos, impossível deixar de agradecer-vos. Conversas, conselhos, piadas, brincadeiras, trabalhos de grupo, fugas, presentes... Minha história. “Tamo junto”, porque “Juntos somos melhores”.

À minha igreja, Segunda Igreja Batista do Plano Piloto e outras tantas por onde andei. Meus valores são divinos pelo que aprendi com vocês.

Aos meus professores, pois me ensinaram muito bem o que é ser um professor. Não apenas na universidade, mas na vida, ensinando as coisas realmente importantes.

À professora Kátia Curado, que me apoiou e ajudou nos momentos em que mais precisei. Muito obrigado professora, seu trabalho me inspira e sei que não teria chegado até aqui, dessa maneira, sem sua ajuda. Obrigado por me ouvir e aceitar nos momentos difíceis. À professora Shirleide, por todo o apoio recebido no grupo GEPFAPE. Somos uma família, não é mesmo?

E claro, aos meus alunos. Talvez não tenha chegado até aqui pensando em vocês, mas não penso em outra coisa agora. Aos que já foram e aos que virão, obrigado por me deixar fazer parte de suas vidas, de maneira tão profunda, tão intensa, tão verdadeira.

Resumo:

O presente trabalho discute a profissão docente, com foco de análise nas condições de trabalho do professor/pedagogo, com ênfase no salário, da suficiência do mesmo para o sustento familiar, como política de valorização do professor. Trata-se uma pesquisa quantitativa sobre o salário do pedagogo no Distrito federal. Este estudo foi desenvolvido com base em um questionário aplicado a 100 pedagogos. Os resultados mostram que a maior parte dos pedagogos no DF tem vencimentos superiores a R\$3.000,00 (aproximadamente 70% dos resultados), que a renda pessoal do pedagogo reflete significativamente a renda familiar e que o salário é proporcional à idade, ou seja, quanto mais velho o pedagogo, maior seu salário, e vice-versa.

Tema: Trabalho docente

Palavras chave: Remuneração salarial do pedagogo escolar, perfil do pedagogo, renda familiar, trabalho, valorização do professor e qualidade da educação.

Abstract:

This paper discusses the teaching profession, focusing on analysis of the teacher working conditions, with emphasis on the salary, the sufficiency of the same for the family support, as a policy of valuing the teacher. It is a quantitative research on the teacher's salary in Distrito Federal. This study was developed based on a questionnaire administered to 100 educators. The results show that most teachers in the Brasília does have salaries bigger than R\$ 3.000,00 (approx. 70% of results), that the teacher's personal income reflects significantly to family income and the salary is proportional to age, what means that the older the teacher is, the higher your salary will be, and that the reverse is also valid.

Topic: Teacher's work

Key words: Salary of the teacher, teacher profile, family income, teaching, teacher valuation and education quality.

SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	08
<i>Objetivo Geral</i>	09
<i>Objetivos Específicos</i>	10
<i>Composição do Trabalho</i>	10
Parte 01	
<u>Memorial</u>	12
Parte 02	
<u>Capítulo I - Histórico da profissão de professor no Brasil e no DF</u>	23
<i>1.1 - O período jesuítico</i>	23
<i>1.2 - Reforma Pombalina</i>	25
<i>1.3 - O atual período histórico da profissão de professor</i>	26
<i>1.4 - Profissionalidade e Assalariamento</i>	27
<i>1.5 - A remuneração salarial como condição de trabalho</i>	30
<u>Capítulo II - Percurso da pesquisa:</u>	37
<i>2.1 - Formação do Grupo (Projeto 03)</i>	37
<i>2.2 - Revisão bibliográfica: a produção do Estado da Arte</i>	39
<i>2.3 - Metodologia da pesquisa bibliográfica</i>	40
<i>2.4- Números da pesquisa: Sistematização dos dados</i>	44
<i>2.5 - Considerações sobre a pesquisa bibliográfica</i>	45
<i>2.6 - A elaboração e aplicação do questionário</i>	48
<u>Capítulo III - Dados da pesquisa e análise:</u>	51
<u>Considerações finais</u>	62
<u>Referências bibliográficas</u>	64
<u>Anexo – Questionário GEPFAPe</u>	70

Introdução

A questão do trabalho docente há muito é debatida em diferentes espaços, na academia e também nas conversas de esquina, propriedade do senso comum. Foi ouvida, por mim, durante uma reunião familiar, a frase “esposo de professora não trabalha”, e em seguida “pelo menos é o que o povo diz”, comprovando a afirmação acima, que mostra que o assunto é envolvido pelo imaginário popular.

Na análise da afirmação, uma possibilidade é pensar que esta é sobre salário, que, de acordo com a frase, talvez o pedagogo escolar seja bem remunerado, ou pelo menos suficientemente para tornar desnecessário o trabalho de seu cônjuge para o sustento familiar, e assim o salário do pedagogo em questão seria a principal fonte da renda doméstica. Em outras palavras, isso pode dizer que o pedagogo recebe dinheiro o suficiente para sustentar seu cônjuge, que se tornaria seu dependente financeiro. Em meio a tantas discussões, passeatas, manifestações públicas sobre o salário do professor, o Distrito Federal (DF) se torna praticamente uma exceção, pois por mais que não seja equiparado a outros salários de funções de nível superior, é um salário muito acima da média nacional. A ideia aqui, então, é investigar e perceber se o pedagogo realmente tem tal condição salarial.

Não é de hoje que se tem conhecimento das lutas financeiras pela educação, o que remonta o cenário de desvalorização da educação frente os outros recortes político-administrativos, como a economia e o próprio setor político, podendo citar os salários pagos nos cargos para o “bom funcionamento” do país, como, por exemplo, os cargos de deputados e senadores. Esses recursos e esforços gastos no funcionamento da chamada “máquina pública” mostram qual é o foco do Estado brasileiro, que não reflete o discurso (eleitoral) de valorização da educação. Vieira (2010) afirma que a valorização da educação passa necessariamente pela quantidade de dinheiro gasto com a mesma.

Diante dessa histórica situação de desvalorização da educação desde a época imperial que será, em parte, revista nesse trabalho, o professor aparece como personagem paradoxal, revestido de enorme responsabilidade e importância social para com o futuro do país e ainda assim

socialmente preterido se compararmos sua percepção de nível de prestígio social com a de outros profissionais de nível superior, e isso é perceptível também na esfera salarial.

Recentemente passei pela experiência de prestar dois concursos públicos em épocas parecidas, para cargos no Distrito Federal. O primeiro era de nível médio, sem especialização, na esfera Federal, para trabalhos administrativos no Ministério Público da União e o segundo para nível superior, para trabalho de professor na Secretaria de Educação (SEEDF), na esfera Distrital. Ambos de carga horária de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais, com salários parecidos, em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo que o de nível médio ainda tinha salário cerca R\$ 100,00 (cem reais) maior que o de nível superior.

Esse trabalho se reveste de uma importância acadêmica e profissional muito grande, uma vez que as escolas são as principais empregadoras dos egressos dos cursos de pedagogia. Existe no DF uma grande quantidade de cursos de pedagogia e conseqüentemente um número exponencialmente maior de egressos, e é interessante que possa se prever quais serão suas condições de trabalho, incluindo a questão salarial. Dessa maneira, é necessário que a casa que se dedica à formação de professores possa discutir o assunto do trabalho docente, especialmente a Faculdade de Educação da UnB, da qual a tradição sociológica que remonta as lutas de classe marxistas, nas quais o dinheiro e o poder são recursos absolutos.

Há também o caráter social desse trabalho, revelado na importância social da educação. O trabalho de valorização do professor é também o trabalho de valorização da educação, e as condições de trabalho dos professores fazem parte das condições nas quais se dão a educação.

Nesse sentido os objetivos deste estudo são:

Objetivo Geral:

Analisar a relação entre docência e salário, entendendo que essa relação permeia a valorização do profissional.

Objetivos específicos:

1. Discutir a valorização do professor na perspectiva do trabalho docente, especificamente na questão salarial;
2. Através dos dados obtidos na aplicação de um questionário, identificar a média de rendimento e de participação do pedagogo na renda da família;
3. Perceber se há relação entre o salário dos pedagogos escolares do DF e a renda familiar mensal do grupo;
4. Averiguar possíveis diferenças salariais significativas entre os pedagogos escolares de idades diferentes em questão.

Composição do trabalho

O trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo é uma retomada histórica dos perfis do professor brasileiro, percorrendo três períodos históricos, o jesuítico (do início da colonização, no séc. XV até metade do séc. XVIII), o período das reformas pombalinas (perdurando os 60 anos seguintes) e o período do séc. XX, constituindo o professor atual, inclusive referente ao salário desse profissional, desconsiderando outros momentos intermediários. Esse salto histórico deve-se ao fato de, como mostra o capítulo, não ser a intenção desse trabalho fazer uma revisão histórica completa, contemplando apenas alguns aspectos essenciais a esse trabalho. Além disso, há um histórico do desenvolvimento da legislação sobre o lado financeiro da educação no Brasil.

No segundo capítulo, discorreu-se sobre a metodologia da pesquisa feita no projeto 03 (disciplina de pesquisa da Faculdade de Educação da UnB), do grupo GEPFAPe (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação e Atuação do Pedagogo). A pesquisa do grupo foi feita em duas partes, a primeira uma revisão bibliográfica que constatou que existe pouca produção acadêmica sobre formação do pedagogo, e, a segunda, a elaboração e aplicação de um questionário para o levantamento do perfil do pedagogo no Distrito Federal.

No terceiro capítulo, utilizando os dados obtidos na pesquisa, foi feita a análise dos mesmos, sobre salário e renda familiar de pedagogos no DF, para responder a três questionamentos, qual a faixa de salário do pedagogo no

DF, se o pedagogo participa financeiramente de maneira significativa na renda familiar e se a idade influencia no valor do salário.

Parte 1 - Memorial

As memórias são algo difícil de interpretar. Os fatos, aprendemos na academia, não existem, pelo menos não puros, como pensamos. O que existe, segundo a tradição acadêmica, são interpretações dos mesmos, e, portanto, qualquer análise desses fatos não seria fiel à realidade mesmo se tentasse, com grande esforço, se desvencilhar de seus pensamentos, intenções e interesses pessoais. Na história, por exemplo, a versão oficial dos fatos é sempre a dos vencedores. Não significa que a versão segundo o ponto de vista daqueles que perderam seja inválida, mas a que permanece para a geração seguinte é a versão contada pelos vitoriosos, e é por isso que existem tantas distorções históricas, e a cada dia se descobrem novas maneiras de se interpretar um fato.

Isso significa que cada um enxerga as coisas de uma maneira diferente. Laraia (1986)¹ afirma que cada pessoa possui um óculos, com lente exclusiva, com a qual enxerga o mundo, o que o autor afirma ser a cultura, que segundo ele é pessoal e única. Se assim o é, com o passar do tempo as pessoas vão adquirindo maneiras diferentes de entender o mundo que as cerca, e cada um interpreta tudo ao seu redor segundo aquilo que aprendeu. Isso não torna a abordagem falsa ou verdadeira, melhor ou pior que outra, apenas diferente. O fato de que cada pessoa analisa as coisas de maneira única torna apenas mais complexo o trabalho de buscar a verdade por trás dos fatos.

As memórias, portanto, são algo difícil de interpretar, pois tratam-se dos fatos, todos, que cada pessoa vivenciou, mas segundo sua ótica própria. Um memorial, portanto, é algo ainda mais complexo, pois trata-se de uma coleção dessas intermináveis memórias, análises individuais dos fatos de uma vida. Se os historiadores têm dificuldades para montar a história dos fatos do mundo, com gigantescos acervos históricos, vivos e inanimados, juntando-os todos numa obra, selecionando o que é importante e qual categoria de análise utilizar, torna-se, por outro lado, mais fácil fazer um tomo de suas memórias pessoais, uma vez que o que se busca é exatamente uma história dos fatos

¹ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

segundo uma visão pessoal e não segundo uma visão positiva, onde os fatos estariam puros, resguardados de qualquer interpretação.

Para o trabalho de elaboração desse memorial, usarei minhas viciadas memórias, carregadas de juízos de valor daquilo que é bom ou ruim, utilizando apenas os fatos de que me recordo, uma vez que não houve a preocupação de registrar minhas memórias dia-a-dia, mês-a-mês, ou ainda ano-a-ano. Julgo que aquilo que é importante para esse trabalho acadêmico de retomada é parte de minha história pessoal, com foco em meus estudos, até os dias de hoje, nos quais a academia, no caso a Faculdade de Educação - FE, passou a fazer parte da minha rotina. De maneira original, buscarei minhas recordações através das diversas casas em que morei, considerando, por consequência, os colégios onde estudei. Segundo minhas contas, as residências que tive a partir do momento em que tenho lembranças foram quatorze, um número expressivo, já que durante a elaboração desse trabalho vivo o meu vigésimo primeiro ano de vida. Vou citar apenas alguns nomes para não deixar de lado muitos, de igual maneira importantes. Cito apenas os nomes das pessoas que constituem meu lar e daquela que, creio, constituirá.

Acredito que as muitas mudanças foram determinantes para a constituição do ser humano que sou hoje. Tais mudanças, em alguns períodos especiais chegando até mesmo a três em um ano, penso eu, me ajudaram a amadurecer, pois pelo fato de viver em constante mudança, consegui conhecer muitas pessoas, ter contato com diversas culturas e ter em mim criado a capacidade de adaptação ao novo, tão temida por alguns.

Minhas memórias têm início por volta dos meus seis anos de idade. Nessa fase de minha vida, morávamos em Taguatinga, em um prédio de dois andares, no qual a parte inferior era uma mercearia pertencente à nossa família, enquanto nosso lar era a parte de cima do edifício. Morávamos juntos, meu pai, minha mãe, minha irmã e eu.

Meu pai, Adeládio, é um homem muito trabalhador, com quem aprendi diversos valores os quais carrego até hoje. Lembro-me bem dos seus ensinamentos sobre como tratar as pessoas desconhecidas, dizendo-me que deveria chamar a qualquer pessoa que encontrasse na rua, com respeito, por senhor ou senhora. Os de casa então, nem se fala. Meu pai não completou seus estudos primários, pois teve que trabalhar para ajudar sua família,

composta por doze irmãos. Apesar de indouto, meu pai é um homem sábio e carregado de valores tradicionais, os quais aprecio e admiro.

Já minha mãe, Wanderlina, apesar de suas vivências externas ao lar, com seus também doze irmãos e seus amigos, sempre vi como uma simpática e corajosa senhora. Em todo o tempo fiel e companheira a meu pai, minha mãe tem sido exemplo para mim e minha irmã de determinação e trabalho, e também de valorização do lar e da família. Ela possui o ensino superior completo em letras, mas por mais apaixonada que fosse pelas letras, não encontrou na docência um trabalho recompensante a todo o seu muito esforço. Minha mãe trabalhou em diversas áreas, de secretária a enfermeira, e é assídua leitora. Também a vejo uma saudosista de primeira, sempre remetendo aos tempos anteriores, senão antigos, sobre leituras, músicas e hábitos.

Finalmente, minha irmã, Luciana, que é cinco anos mais velha que eu. Como todo bom casal de irmãos, sempre estivemos envolvidos em muitas brigas e picuinhas. De igual maneira, também, sempre procuramos contar com a ajuda um do outro, por diferentes que fossem os interesses, devido a diferença de idade. Cúmplices em alguns momentos, rivais em outros, nossa história é marcada por essa saudável mistura de carinho e ódio. Apesar das situações difíceis às quais passamos, permanecemos juntos, como família, até hoje.

Dessa primeira casa em Taguatinga, lembro-me dos meus amigos, em especial dois, parceiros de brincadeiras, e também da escola onde estudava: O SESC de Taguatinga. Instituição prestadora de serviços aos comerciantes, o SESC, além da escola, oferecia também cursos extraclasse, como natação. Lembro-me de um campeonato do qual participei, e apesar de ter chegado em primeiro lugar, ganhei um prêmio comum a todos os participantes da prova infantil. Havia uma coleguinha de classe de quem eu gostava, coisa de criança. Aconteceu, em uma oportunidade, de meu pai, a quem eu contava esse tipo de assunto, falar ao pai dessa menina que eu gostava dela. Para mim, perda total daquele relacionamento.

Neste local, eu fazia os meus primeiros anos de escola, na educação infantil, aos seis anos de idade. Consigo me recordar de alguns exercícios da alfabetização e de algumas datas especiais, como quando

tiraram fotos nossas para a família, com montagem ser semelhante à capa da revista pais e filhos.

A partir dos meses seguintes, começou o ciclo intenso de mudanças. A casa seguinte em que residi era a casa de fundos da casa de uma tia, também em Taguatinga. Era uma casa enorme, com outra casa de 3 (três) quartos nos fundos, que ao contrário dessa outra primeira, era relativamente apertada. Não me lembro de ir à escola nessa época, o que me leva a conclusão de que devia ser período de férias, e que passamos pouco tempo ali.

Nosso próximo lar fora no Riacho Fundo I. Ali, em um ano, moramos em 3 (três) casas diferentes, relativamente perto uma das outras. A primeira possuía um portão em forma de grade, que permitia a visão da grande área livre que a casa possuía; a segunda era uma casa de dois andares com piscina; e a terceira ficava ao lado do novo açougue do meu pai.

Nessa época eu estava na 1ª série do ensino fundamental (atual 2º ano do ensino fundamental) e estudava numa escola chamada “Brasileirinho”, localizada em Taguatinga. Devido a distância, íamos, minha irmã e eu, de van para a escola. Naquela escola eu passei algumas das mais memoráveis experiências da minha vida escolar: Passei uma dor de barriga no colégio e acabei sujando o box do banheiro, virando notícia no colégio, a ponto de a coordenadora precisar me chamar para conversar, causando constrangimento; quebrei os dois dentes da frente numa brincadeira de carregar o colega nas costas; briguei com um garoto maior que eu que provocava a mim e a minha irmã; e ganhei uma estrelinha preta por mal comportamento, cuja história passo a contar.

Aconteceu de começar a semana de provas na escola, e meu pai me dissera que ele não queria outra nota, senão 10 (dez). Eu, entretanto, havia tirado 9 (nove) e rasurei a prova à caneta, para levar a nota 10. Infelizmente (ou felizmente, não sei) a professora viu e tomou a caneta e me repreendeu, contando à minha família e me dando uma estrelinha preta por mau comportamento. As estrelinhas eram distribuídas a todos os alunos segundo o comportamento e nenhum outro aluno havia recebido uma estrelinha preta, inclusive eu, que tinha apenas estrelinhas por bom comportamento.

Quando morávamos no Riacho Fundo I, nossa família toda passou a frequentar uma igreja evangélica dali, o que viria a marcar a história de todos nós. Era uma igreja Assembleia de Deus, estabelecida na casa de um pastor que morava perto de nós. As experiências com Deus viriam a ser importantes e constantes de certa maneira em nossas vidas, e preponderantes para tudo aquilo que viveríamos depois.

No ano seguinte, meus pais nos matricularam em escolas públicas, no próprio Riacho Fundo I. As escolas ali eram recém-organizadas e denominadas por cores: Eu estudava na “escola verde”, para crianças menores (1º ciclo do Ensino Fundamental) e minha irmã na “escola azul”, para crianças maiores (2º ciclo do Ensino Fundamental ao Ensino Médio). Esse fora o ano que mudamos para o segundo andar de uma casa no Riacho Fundo II. Naqueles dias não havia asfalto ali e trafegávamos pelas ruas empoeiradas, entre as casas em construção, brincando nos montes de areia e de brita.

Como a cidade estava apenas começando, a administração dali fornecia aos moradores transporte gratuito, um ônibus circular que transitava pela, já grande apesar do pouco tempo de existência, cidade em construção. Além do transporte fornecido aos estudantes, pois não havia escolas ali.

Pouco tempo depois de nos mudarmos para tal sobrado, nos mudamos outra vez, pois meu pai conseguira um lote através do grupo Sem Teto. As casas, em construção, deram início a um novo “bairro”, ali, onde moraríamos por algum tempo. Minha mãe começou a acompanhar uma rádio evangélica, depois começou a trabalhar nela, como secretária da rádio Manchete, que nos levava à Igreja Apostólica Renascer em Cristo, nosso lar seguinte.

Meus pais abriram um novo negócio, um restaurante, em uma das igrejas Renascer em Cristo, localizada na Asa Norte, num grande prédio na entrequadra 707/708 norte. Pouco a pouco, começamos a nos transferir para aquela igreja como residência: Primeiro meu pai começara a dormir ali, depois eu passei algumas noites lá também, até que eu fora matriculado em uma escola pública, na quadra 708 norte, e em seguida, toda a família passara a morar ali.

Lembro-me bem de que a asa norte era uma “casa” para os usuários de drogas, que inclusive frequentavam o espaço da igreja. Como eu ia à escola

sozinho e a pé, devido a proximidade entre a escola e minha casa, sempre fazia rotas alternativas, até mesmo para evitar o encontro com tais indivíduos.

Quando cheguei a essa escola, o ano letivo já havia começado, e eu tive problemas com os materiais escolares da 4ª série (5º ano do E.F.). É nítido na minha memória que eu havia tomado um livro emprestado de português, pois o mesmo não era fornecido pela escola. Tive alguns problemas de adaptação, mas consegui manter boas notas.

Em 2001, fui matriculado em outra escola da Asa Norte, mas agora na 5ª série (6º ano do E.F.), na escola 306 norte, me deparei com uma maneira diferenciada de trabalho, as chamadas “salas ambientes” onde quem trocava de sala eram os alunos, enquanto os professores permaneciam nas mesmas, e esse foi o grande diferencial, além de a quadra de esportes ser externa a escola, fazendo com que a escola tivesse que dividi-la com a comunidade.

O traslado a pé até a escola foi por pouco tempo, já que em alguns meses nos mudamos para Sobradinho, para um apartamento “emprestado”, um bônus de um serviço judicial prestado por uma tia a um cliente, bônus tal que ela nos cedera. Meu pai estava trabalhando com um caminhão pipa e minha mãe ministrava aulas de português em duas escolas públicas do Plano Piloto.

Lembro-me de acordar cedo sempre e de muitas vezes perder o ônibus, o que se tornaria hábito até os dias atuais, de faculdade. Para isso, eu recebia passes estudantis, outro recurso que me segue até a atualidade. Tudo era longe ali em Sobradinho: padarias, supermercados e mercearias. Sempre que precisávamos fazer compras, precisamos andar pelo menos 30 (trinta) minutos.

Nossa próxima parada é em Unaí, minha terra natal, onde meu pai montara outro açougue em sociedade com uma irmã dele. Passamos a morar num imóvel alugado, ao lado do açougue, e eu fui naturalmente matriculado num colégio nas proximidades, chamado Domingos Pinto. Estudei dois anos ali, e a organização era notavelmente diferente. As experiências ali foram marcantes.

Havia uma professora velha, que com métodos inadequados, muitas vezes nos ofendia em sala de aula. Uma vez, eu e um grupo de amigos gravamos uma aula dela, onde ela nos chamara de “carne podre”. Mostramos

a gravação à diretora, que nada fez em relação à professora em questão. Em outro momento, tive duas brigas ali, chegando a ficar com um olho roxo em uma delas. Apesar das situações, era um bom aluno, e cheguei a oferecer aulas particulares a um amigo que precisava fazer um trabalho de português de recuperação.

Unai é uma cidade de médio porte, com cerca de 80 (oitenta) mil habitantes. Parte de minha família reside ali até os dias de hoje, e a mudança para lá permitiu maior contato com uma parte dos meus familiares. Apesar de eu sempre passar minhas férias lá, convivia pouco com alguns tios e primos. Apreendi muitos dos costumes locais, como o uso da bicicleta, e num momento em que meu pai se separou da minha tia na sociedade, trabalhei com ele no açougue, como minha irmã. Houve também oportunidades em que eu, na companhia de um amigo mais velho e conhecido da família, vendia abacaxis na feira da cidade, e por fim trabalhei na firma de automóveis de um tio.

A grande mudança na minha vida aconteceu em 2003, quando eu fui passar férias de final de ano na casa de uma tia em Brasília e acabei por ficar morando ali por cerca de 6 (seis) meses. Meu pai viajou aos Estados Unidos, em busca de trabalho, e desde então nunca voltou. Ele nos sustenta financeiramente e está sempre em contato conosco através do computador e do telefone, e nós esperamos ansiosamente a sua volta.

Minha mãe trabalhava como secretária em um colégio particular de Unai, minha irmã fazia direito em uma faculdade da cidade, e eu fora matriculado no colégio Polivalente, na Asa Sul, referência na época, onde meus primos estudavam. Íamos ao colégio juntos e recebíamos de minha tia todo o apoio para os nossos estudos, pois ela custeava nosso lanche, passagens extras e passeios. Fiz boas amizades no colégio Polivalente, as quais são presença até hoje em minha vida. Houve uma vez em que fugimos do colégio, na época de gincana interna, mas acabamos voltando pelo mesmo caminho. Éramos todos obrigados a fazer a segunda língua no Centro Interescolar de Línguas de Brasília (CIL de Brasília), e logo fui inscrito também na instituição, começando pelo espanhol e passando em seguida para o inglês, obtendo graduação máxima recentemente, em 2009.

Sempre que era possível eu ia a Unai, passar o fim de semana, pois havia uma van da escola onde minha mãe trabalhava que realizava o

transporte de professores nos fins de semana, gratuitamente. Houve até mesmo uma vez em que eu decidira sozinho, aos 14 anos, que viajaria sozinho, sem sequer avisar a minha mãe. O problema foi que a van quebrou no meio do caminho, e sem dinheiro, acabei precisando pegar carona com um caminhoneiro, que passava por ali e conhecia o açougue do meu pai.

Meses depois da minha mudança, minha mãe e irmã se mudaram também para Brasília, e passamos a morar juntos outra vez, numa pequena casa no Cruzeiro Velho, mesmo bairro onde eu morava com a minha tia. Minha irmã estava cursando Direito, e a mudança trouxe boas alternativas para ela, que concluiu seu curso no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). Minha mãe passou a trabalhar terceirizadamente prestando serviços de secretária em órgãos governamentais.

Mudamo-nos para o Sudoeste no mesmo ano, e eu mudei-me para um colégio ao lado do antigo (Polivalente), o Colégio Notre Dame, que oferecia bolsas de estudos para os alunos, abatendo até em 100% o preço da mensalidade. Nós éramos 3 (três) da família estudando juntos, mas com o tempo, vários conhecidos, especialmente da igreja onde frequentávamos, passaram a se matricular na escola também, inclusive a Meyre, que viria a ser minha namorada. Ela estudava no Colégio Batista de Brasília e acabou fazendo, conosco, um “cursinho preparatório” gratuito, oferecido pela escola, que preparava os alunos para o PAS, para o Vestibular da UNB e também para o concurso de bolsas do colégio. Começamos a namorar em 2007, e hoje planejamos nos casar em breve.

Nesse momento, eu era um adolescente ativo na igreja onde congrego, a Segunda Igreja Batista do Plano Piloto (SIBPP), onde tomei paixão pela pregação da palavra de Deus em lugares diferentes de onde se mora, as missões. Sempre dediquei parte do meu tempo aos serviços eclesiais, ou seja, relativos à igreja, distanciando-me dela apenas em tempos de férias. Eu aprendi muitos valores importantes, os quais trago em minha bagagem cultural, ali naquela igreja, com líderes que me ensinaram coisas realmente importantes hoje para mim.

Em 2007, surgiu um projeto de evangelismo novo no Distrito Federal, o Projeto Radical DF. Tratava-se de um grupo de jovens e adolescentes que se desprendiam aos finais de semana para pregar

mensagens bíblicas pelos arredores de Brasília. Eu participei da 1ª (primeira) turma do projeto em 2007 e minha namorada da 3ª (terceira), em 2008. Foram momentos muito marcantes para nós, e para mim em especial, pois por ter que dividir meu tempo de estudos, eu acabei me esforçando muito mais nos mesmos, alcançando boas notas no PAS, o suficiente para ingressar no curso de pedagogia da UnB, para começar os estudos no 1º semestre de 2008.

Na UnB tive contato com um mundo novo de responsabilidades. Trabalhando desde cedo, sempre houve sobre mim a cobrança de conseguir dinheiro. Comecei dando aulas de reforço gratuitas a filhos de amigos, depois fui convidado a dar aulas de reforço remuneradas. Trabalhei com duas crianças com dificuldades de aprendizagem durante um ano e essa experiência foi determinante em meu currículo, pois eu seria contratado como estagiário de uma escola particular do Plano Piloto, localizada nas proximidades da Faculdade de Educação da UnB (FE), onde trabalhei por dois anos. Meu serviço era de acompanhamento das crianças do período integral, sendo monitor da sala de estudos, ajudando nos deveres de casa, exatamente o trabalho que eu fazia no acompanhamento de tais dois alunos. Além do trabalho de professor, fui monitor em 4 (quatro) disciplinas na UnB.

Pensando nos meus estudos, a UnB foi um novo conceito de estudar. A dinâmica de créditos e semestres era totalmente nova para mim. Meus semestres foram sempre turbulentos e eu sempre deixei meus trabalhos para “a última hora”, tendo sempre o “terror” do fim do semestre como companhia. Minha vida acadêmica resumiu-se basicamente à FE, onde fiz a maior parte das minhas disciplinas: Dos 214 (duzentos e quatorze) créditos a cumprir do curso, apenas 20 (vinte) foram cumpridos em outro espaço que não essa casa de formação de professores, sendo que duas das disciplinas cursadas fora eram da FE, mas foram remanejadas por causa das salas de aula.

Tive um bom relacionamento com os professores, a quem sempre admirei e respeitei. Algumas disciplinas chamaram a atenção pela ludicidade e liberdade dada pelos professores para o desenvolvimento da criticidade em nós, alunos recém-saídos do conteudista ensino médio brasileiro. Outras disciplinas se destacaram pelo alto nível de exigência por parte dos professores, que, muito bem preparados, nos ensinaram a corresponder, ao

menos em parte, às expectativas da academia, nos levando a elaborar pesquisas empíricas, artigos científicos além de trabalhos e seminários com alto rigor acadêmico.

Na faculdade, aprendemos a nos virar, ser independentes. Intelectualmente, inclusive. Os professores nos ensinam a ser os maiores interessados e protagonistas dos nossos próprios estudos. O problema é que em algumas situações nos sentimos incapazes de conquistar tal autonomia e precisamos de orientação. Pude contar com essa orientação e ajuda na maioria das situações, mas especialmente, mais recentemente, na escolha do projeto 3 e os rumos que meu curso tomaria no grupo GEPFAPe.

Como a universidade é baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão, com vistas à produção de conhecimentos e o compartilhamento dos mesmos buscando retorno à sociedade (grande financiadora dos estudos no Brasil), a formação do estudante de graduação precisa preencher todos esses quesitos. Na FE, ensino, pesquisa e extensão estão presentes nos projetos, disciplinas mais práticas onde o aluno se envolve com um tema específico. Cada projeto possui em suas fases (ou pelo menos deveria possuir) atividades que integrem esses três procedimentos.

Devido o trabalho, comecei relativamente tarde a escolher meu projeto 3: a 1ª fase do projeto está prevista para o 3º semestre do curso, mas eu só consegui ingressar em um projeto que atendesse às minhas necessidades no 5º semestre. A professora, pelo que me lembro, relativamente recém-chegada à UnB, estava abrindo uma turma nova de projeto 3, inicialmente de pesquisa. Junto com alguns conhecidos do curso, resolvi fazer parte do projeto. Nos caminhos e descaminhos da universidade, essa decisão mudaria, e muito, os rumos dos meus estudos e do meu futuro, uma vez que em momento de dificuldade, essa professora me ouviu, entendeu minhas necessidades e me ajudou a chegar até esse trabalho de conclusão de curso. São, apenas trabalhando com ela, 4 (quatro) semestres, 42 (quarenta e dois) créditos, em 6 (seis fases) do projeto, que incluem essa monografia.

Hoje, às vésperas da conclusão do meu curso, olho para toda essa trajetória educativa, e posso ver o quanto cada uma das experiências que passei contribuíram de alguma maneira para a construção do “edifício” que sou hoje. Já em outro lar, num novo apartamento, entendo que as mudanças fazem

parte da vida e nos ensinam a viver de um jeito novo, sempre novo. Aprendemos com as mudanças, rearranjando nosso perfil, moldando nosso caráter, fazendo-nos esquecer de muitas coisas e nos lembrar para sempre de outras, que nos seguirão por toda a vida. Mudar é pedagógico. E muito.

Capítulo I – A profissão docente: história marcada pelo voluntariado e baixo salário

A origem do professorado remonta tempos muito antigos. É possível admitir que cada profissão depende, historicamente, do processo de ensino-aprendizagem, do processo de acúmulo do conhecimento através das gerações. Para chegar a essa conclusão, é necessária uma pequena análise histórica de fácil interpretação: Basta pensar em como se deram os “eventos” educacionais através dos séculos.

As profissões eram familiares, ensinadas aos filhos pelos pais. Os conhecimentos relativos à agricultura e pecuária, fundamentais para a sobrevivência da espécie humana, de igual forma, foram sendo descobertos e desenvolvidos e, à medida que o tempo passava, ensinados às gerações seguintes. É possível perceber através desses exemplos, que a relação ensino-aprendizagem se dá muito antes das leis que instituíram a profissão de professor.

Não é objeto deste estudo fazer uma análise da constituição histórica da profissão docente, tendo como objeto a história da humanidade, pois, o recorte que atende às necessidades desse trabalho é a que considera apenas o histórico da docência no Brasil. Para tanto, diversos autores, como Vieira e Freitas (2003) trabalham com categorias diferentes para essa análise. Gostaria de considerar, de maneira original, em autores distintos, apenas três momentos distintos da instituição desse recorte histórico: o período jesuítico da educação (Brasil colônia) até o segundo período, da reforma pombalina (Brasil império) prosseguindo até os dias de hoje, no atual, considerando este o terceiro período.

A justificativa é que esses três momentos históricos trazem importantes características para a constituição da docência como profissão no Brasil.

1.1 - O período jesuítico

As raízes históricas do professorado brasileiro remontam o período colonial, quando os padres jesuítas eram enviados a catequizar os povos

indígenas² que aqui viviam, o que explica a visão da profissão como um sacerdócio, ou como uma vocação a ser seguida. Naquela época, o ideal português era transferir toda carga cultural lusitana para a colônia, tornando mais forte a dominação, que deveria ser não apenas física, mas também ideológica. A forte influência dos religiosos na educação brasileira é percebida neste momento, século XXI, uma vez que, em Brasília, por exemplo, boa parte das escolas particulares são confessionais, das quais a maioria é católica.

A principal característica desse momento histórico, de fundamental importância para análise é que nesse momento o professor era um voluntário. Por mais que esse professor recebesse apoio da Igreja Católica para cumprir sua missão, parecia não haver na consciência popular a ideia de que isso era uma profissão, e assim, a docência era um favor, uma vocação e, sobretudo, uma ocupação não reconhecida como profissão “status social”. Os padres jesuítas eram sim, muito respeitados, pois tratavam-se de autoridades eclesiais, mas não eram vistos como trabalhadores, e sim como devotos voluntários da causa divina. Dessa maneira, por mais que os seminários católicos preparassem bem seus alunos para o exercício da docência, eles não eram considerados “funcionários” da Igreja, e sim participantes das mesmas.

Outro aspecto interessante sobre os padres jesuítas como professores é que eles também trabalhavam com a perspectiva do homem ideal, padrão à época – católico de costumes europeus, no caso. Tendo esse pano de fundo, é possível compreender os jesuítas como os primeiros professores “de profissão”³ no Brasil. Como já exposto, certamente os professores já existiam antes no Brasil (nas comunidades indígenas, por exemplo), entretanto, esses foram os primeiros professores treinados para o exercício docente: enquanto aqueles que ensinavam profissões eram na verdade especialistas na profissão que exerciam, esses padres eram instruídos para ensinar, o que faz deles um marco importante, senão inicial, na história da educação no Brasil.

1.2 - Reforma Pombalina

² VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**. 2003

³ A expressão se encontra, no texto, entre aspas para relativizar a discussão anterior sobre aqueles que ensinam, mas não por profissão, como aqueles que ensinam profissões, mesmo sem contar com aparato pedagógico e didático.

A reforma pombalina da educação (VIEIRA e FREITAS, 2003. Op. cit), período diretamente seguinte ao da educação jesuítica, ficou assim conhecida por conta de seu executor, o Marquês de Pombal. Ministro do reino de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias.

Sob acusação de que a “Companhia de Jesus” (organização católica responsável pelos jesuítas na época) estaria se tornando um poder autônomo dentro do Estado Português, o Marquês expulsou todos os jesuítas dos territórios portugueses. Dessa maneira, a educação de Portugal, ficaria “jogada às traças”, e por isso ele trouxe para o Estado português a responsabilidade da educação, de igual maneira nas colônias. Sabe-se, no entanto, que os jesuítas não foram totalmente expulsos da colônia brasileira, ficando ainda uma pequena “resistência”.

O grande diferencial desse recorte histórico é que pela primeira vez então, no Brasil, a educação era assunto a ser tratado pelo Estado. Nesse momento foram implementadas várias mudanças no sistema educacional. A principal delas é que agora os professores eram funcionários do Estado, e, portanto, o responsável pelas suas contratações e por seus pagamentos era o governo, pela primeira vez na história da educação brasileira. Apenas em 1759, mais de dois séculos após a chegada dos portugueses ao Brasil, foi que o Estado passou a tomar as rédeas da área da educação. Tratou-se de um processo tardio, mas importante para a constituição do profissional que logo seria visto, sendo pela primeira vez assalariado.

O professor nessa época era um profissional diferente, pois não havia ainda muito rigor para a seleção desses professores. Provavelmente, a reforma não tinha intenção de resolver os problemas, e sim de extinguir o trabalho jesuítico em Portugal e nas colônias. Havia, ainda, muito prestígio em relação aos professores estrangeiros, que de acordo com as autoras, recebiam maiores salários, pagos pelo Estado.

1.3 - O atual período histórico da profissão de professor

O terceiro período a ser analisado, que traz as marcas, contradições e culturas relacionadas aos períodos citados, mostra um profissional da educação desvalorizado socialmente e financeiramente, devido à construção histórica recente.

A afirmação de proletarização e precarização do trabalho docente e conseqüentemente de desvalorização profissional, baseia-se em dados empíricos sobre a profissão docente. Em 2009 foi publicado o resultado de uma pesquisa⁴ encomendada pela Unesco para traçar o perfil dos professores no Brasil, considerando devidamente a pedagogia em um bloco e as licenciaturas em outro bloco distinto de análise. O perfil levantado é, considerando o total de entrevistados, esse profissional (pedagogo) é do sexo feminino (92,5%), ganha entre 3 e 10 salários mínimos, entre 18 e 24 anos (49,1% e 34,7% do total de entrevistados, respectivamente).

Na leitura de Freire (FREIRE, 1993), consegue-se perceber que há uma visão de “não profissionalismo” da profissão docente para os primeiros anos da educação básica (ciclo que contempla educação infantil e o primeiro ciclo do ensino fundamental). Segundo ele, há, no imaginário popular, a crença de que qualquer pessoa pode tomar conta de crianças. Por conta disso, há um baixo nível de formação docente (apesar dos esforços governamentais para que o nível superior seja exigido, ainda hoje há pessoas ocupando o cargo de professores sem ter a formação exigida) para atuar nesses primeiros anos da educação básica.

Esta ideia de que esse profissional vai exercer uma atividade que não exige formação, e sim cuidados “maternos”, colabora para que haja uma desvalorização social do pedagogo, que reflete na desvalorização salarial do mesmo, objeto deste trabalho. Ao escrever o livro “Professora sim, Tia não!” (Idem), Freire está exatamente fazendo uma crítica à condição docente brasileira, remontada através desse histórico anterior, híbrido de vocação divina e cuidados maternos, assalariado, mas pouco reconhecido e valorizado.

1.4 - Profissionalidade e Assalariamento

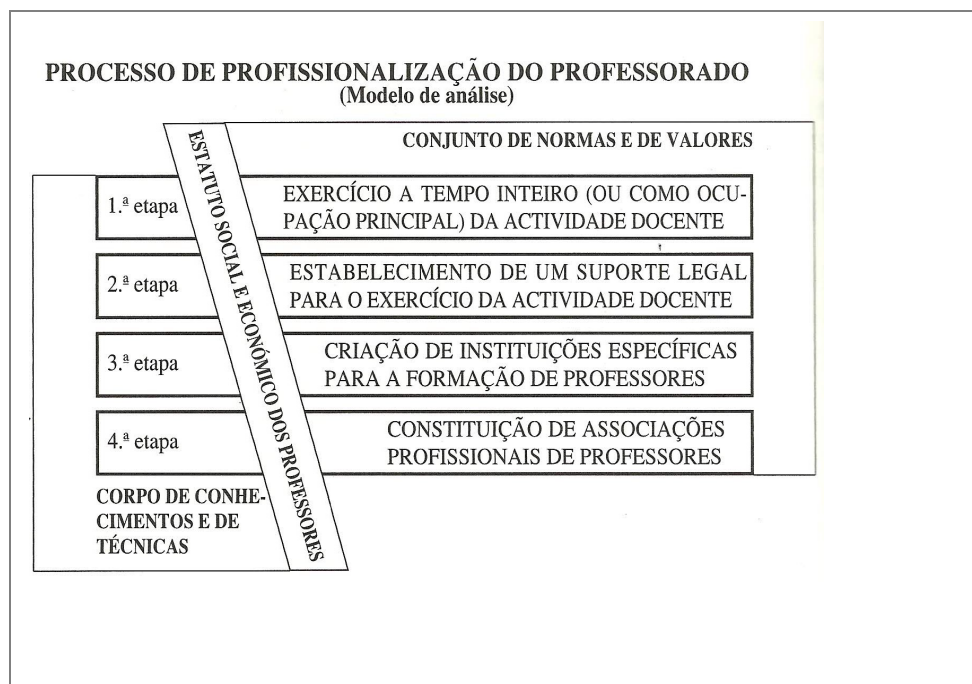
⁴ GATTI, Bernadete Angelina (Coord.). **Professores do Brasil: *impasses e desafios***. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>>

Um dos grandes problemas da desvalorização profissional, é que muitas vezes a docência não é encarada como profissão, como discutido no item anterior.

Outro fator importante para formulação dessa ideia equivocada sobre a profissão docente é o tardio processo de assalariamento dos professores, pois no Brasil os primeiros professores exerciam essa função por desprendimento vocacional, por caridade, entre outros fatores, todos de caráter pessoal, refletindo o primeiro momento histórico da profissão no Brasil.

Um estudo sobre formação do professor precisa considerar, inicialmente, a existência de duas abordagens: a profissionalização e a profissionalidade. A profissionalização refere-se aos processos de educação no âmbito das licenciaturas e da educação continuada, das competências e das habilidades profissionais, do salário e da carreira. A profissionalidade diz respeito ao exercício competente, responsável da profissão e ao compromisso político e ético com o trabalho; refere-se à afirmação do que é específico na ação docente e que constitui o conjunto de saberes e capacidades utilizadas no exercício da profissão (SACRISTÁN, 1995). A profissionalização docente é um processo amplo, que implica envolvimento, decisão, inclusão de novas perspectivas, que devem ser definidas desde a formação inicial, por tratar-se do momento em que se inicia a socialização profissional. Nele, são assumidas determinadas regras práticas e princípios que orientam o trabalho docente

Toda profissão passa por um processo histórico para sua constituição, no qual as especificações, os deveres, as responsabilidades sociais e até mesmo as representações acerca dessa profissão vão sendo forjadas. Nóvoa (1995) mostra que esse processo histórico também aconteceu na docência, para que essa viesse a se constituir uma profissão. De acordo com o autor, há certas características que constituem uma profissão e, no caso da docência, apresenta um quadro composto por quatro etapas, duas dimensões e um eixo estruturante, determinantes para a ideia da docência como profissão.



Quadro 01, Processo de profissionalização do professorado.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. 2ª edição, pág. 20. Digitalização.

As quatro etapas para constituição da profissão docência são: O exercício em tempo integral (dedicação exclusiva) ou como principal ocupação; o estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente; a criação de instituições de formação de tais profissionais; e a formação de associações para luta pelos direitos dos mesmo. Esse processo é permeado por um corpo de conhecimentos específicos e um conjunto de normas e valores respectivos à profissão, sendo constituído por uma norma ou lei, o que o autor chama de “estatuto social e econômico”. Essa constituição é bem abrangente, aparentemente abarcando áreas importantes da profissão.

Nóvoa (Idem), ao resgatar a história da profissionalização docente, processo pelo qual se vai gradualmente constituindo o percurso da profissão, contribui marcadamente com o campo ao analisar que os estudos da profissão têm sido marcados por uma separação entre o eu pessoal e o eu profissional. Os estudos desenvolvidos por Nóvoa, bem como aqueles por ele divulgados, trouxeram uma nova perspectiva para a formação de professores ao salientarem a influência da individualidade. A identidade do professor, segundo o autor, não é alheia à forma de compreensão do eu pessoal e do eu profissional.

Podemos expressar o trabalho do professor centrado no ensino-aprendizagem. Para que o professor possa ministrar a boa aula, há um conjunto de condições ideais para que o resultado, o aprendizado, possa ser o melhor o possível. Eis uma profissão diferente que trabalham com matéria física, pois na docência, ainda que existam condições ideais de ensino, podem haver dificuldades nesse processo, que se dão no âmbito da relação que se estabelece entre o professor e o aluno. Tal relação é subjetiva e depende totalmente de vários fatores, entre eles a disposição e a intenção desses dois principais atores, o professor e o aluno.

Morales (2008, p.19) elabora um quadro de diferentes situações em que o aprendizado acontece, estruturando quatro grupos de situações de aprendizado. As variáveis estudadas no livro giram em torno da intenção ou não do aluno e do professor. Em certos momentos, o professor deseja ensinar, e o aluno deseja aprender, em outros, o professor deseja ensinar e o aluno aprende mesmo sem querer. O autor, no entanto, foca a discussão do ensino não intencional, os traços que o professor ensina sem querer, e o aluno aprende, com ou sem intenção.

	O aluno aprende: <i>intencionalmente</i> , porque quer aprender	O aluno aprende: <i>sem intenção</i> , mesmo sem querer aprender	O aluno NÃO aprende
O professor ensina: <i>intencionalmente</i> porque quer ensinar	A	B	C
O professor ensina: <i>sem intenção</i> , sem pretender isso	D	E	F
Não há professor: ninguém ensina	G	H	I

Quadro 02, Ensino e aprendizagem intencionais e não-intencionais (estrutura)

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Pág.19. Digitalização.

Outros fatores influenciam no bom aprendizado, nesse conjunto que aqui chamamos de condições de trabalho, entre eles a disposição de material e ambiente adequado para que as aulas aconteçam. Uma sala de aula onde não haja quadro ou outro instrumento onde o professor possa ensinar conteúdos de maneira visual, mostra barreira para o acesso ao conhecimento, já que é comprovado, através de estudos do desenvolvimento humano (PIAGET, 1987),

que nos primeiros anos da vida, a aprendizagem se dá através do concreto para o abstrato. De igual maneira, as condições físicas do lugar, envolvendo aspectos como ventilação e iluminação, caso sejam inadequados, podem causar desconfortos que venham a atrapalhar o ensino e o aprendizado.

Há ainda outras condições importantíssimas para o exercício da docência, como a alimentação, o número de indivíduos na sala, a disponibilidade de material de apoio, como uma biblioteca e até mesmo a existência de banheiros utilizáveis no ambiente escolar. Dentre essas outras condições de trabalho, há a remuneração salarial, objeto principal de estudo desse trabalho.

1.5 - A remuneração salarial como condição de trabalho

Se o objetivo de qualquer profissão, como visto, é desempenhar bem um papel, a motivação tende a ser a recompensa para o mesmo. Essa se refere a aspectos de objetivação e subjetivação, ou seja, a realização e o reconhecimento estão permeados pela afetividade, valorização e também pela condição material de subsistência que a profissão permite. Os artesãos, por exemplo, buscam fazer bens suas obras de arte pela obra em si, pelo processo de objetivação o reconhecer-se na própria obra e também para a apreciação do outro.

Na sociedade capitalista cada trabalho é remunerado de maneira diferente, e os diferentes produtos são valorados com diversos critérios: o tempo de trabalho gasto na preparação do produto, a quantidade de pessoas envolvidas, o esforço necessário para a preparação deste, o conhecimento necessário para tal trabalho, entre outros.

O trabalho docente, como se tem conhecimento, preenche esses e outros critérios com singular preciosidade: não acontece apenas dentro de sala de aula, mas prevê tempo e esforço físico e mental para a preparação das aulas (e por isso há tempo previsto para tais atividades na carga horária da maioria dos professores); envolve pessoas que muitas vezes, sem entender a importância desse trabalho, acabam tratando de maneira inadequada o trabalho desenvolvido; exige uma formação anterior, não apenas nas áreas do conhecimento a ser ministradas, mas também em como ministrar aulas, como

maximizar o tempo e o aprendizado dentro de sala de aula, entre outros tantos conhecimentos necessários que permitir o desenvolvimento.

Há, no Brasil, desde a época de Getúlio Vargas, o chamado salário mínimo, um valor base que, de acordo com cálculos feitos por instituições responsáveis, é suficiente para sustentar uma pessoa em condições básicas, teoricamente em qualquer lugar do país. Esse valor foi estipulado por haver grande discrepância entre as unidades da federação. Enquanto alguns estados e regiões chegam a ter um Produto Interno Bruto (PIB) superior que o de alguns países, como é o caso de São Paulo, em outros a situação é de miséria, como acontece em alguns estados do nordeste brasileiro. Assim sendo, enquanto em alguns lugares do Brasil as pessoas poderiam receber salários muito bons, em outros, especialmente aqueles de maior extensão, menor desenvolvimento e menor concentração de pessoas (o que gera uma difícil fiscalização e acompanhamento por parte das autoridades), as pessoas poderiam estar exercendo trabalho escravo, em condições de exploração sub-humanas, exatamente como acontece em algumas situações hoje.

Apesar desse esforço, sabe-se que as necessidades variam de acordo com o lugar, uma vez que o custo de vida não é o mesmo para cada lugar, e um salário mínimo não seria suficiente para sobrevivência em certas regiões. A ideia de salário mínimo é que ele seja suficiente para a subsistência, pois é por isso que se trabalha. Pensar em um salário mínimo que não seja suficiente é pensar que esse não cumpre sua função. Em novembro de 2011, o salário mínimo brasileiro tinha a seguinte configuração: **R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) por mês, R\$ 18,17 (dezoito reais e dezessete centavos) por dia e R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos) por hora (BRASIL, 2011).**

Na docência, de maneira semelhante, foi criado o chamado piso salarial, que serve como um salário mínimo para professores, pois os salários dos professores não podem ser inferiores a esse valor. A lei n. 11.738 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (PSPN), traz em seu corpo as principais informações sobre o assunto.

O processo para implantação desse piso foi resultado de um processo histórico de muita luta da categoria para conseguir este direito. A

discussão sobre o tema é anterior a essa data. O termo está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e também na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mas sua conceituação vem na lei aprovada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com o texto oficial, no art. 2º, §1º,

O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. (BRASIL, 2008,)

Vieira (2008), afirma que o piso é, como previsto na lei, um referencial de reconhecimento profissional, de maneira que todos aqueles que vierem a ser professores no Brasil, terão como ponto salarial de partida, de acordo com caput do art.2º de tal lei, o valor de R\$ 950 (novecentos e cinquenta reais), mas hoje o valor desse piso, reajustado e discutido, é de R\$ 1.187 (mil, cento e oitenta e sete reais) ⁵. Esse não é o limite, e sim o começo, e distinto das vantagens pessoais, como vale transporte, auxílio alimentação e gratificações extras, das mais diversas.

A autora mostra ainda que apesar da promulgação da lei, alguns estados se manifestaram contra a mesma. Foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, para anular tal lei, pelos responsáveis dos estados de Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os estados, uma vez obrigados a cumprir a lei, alegam uma série de problemas. O primeiro deles, como já era de se esperar, é a razão financeira. Alguns estados afirmam não ter dinheiro o suficiente para pagar esse montante aos seus professores, podendo vir a ser impedidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), que determina parâmetros relativos aos gastos dos entes federados. O outro ponto alegado é que a lei seria inconstitucional por ferir a autonomia dos estados e municípios brasileiros. O Superior Tribunal Federal, órgão máximo do legislativo brasileiro, julgou nesse ano de 2011 a ação conjunta dos estados e decidiu pela constitucionalidade da lei, que, portanto, deve ser executada por todos os

⁵Informado no Portal de Notícias da Globo (G1). REDE GLOBO. Portal de notícias. Disponível em <<http://g1.globo.com/>>. Acesso em: 19 de nov. 2011.

entes federados, podendo incorrer problemas mais sérios àqueles que escolherem desobedecer, entretanto permitiu incorporar gratificações para alcançar o piso. Este princípio torna-se problemático porque alguns entes federados acabam por pagar um vencimento mínimo agregados de adicionais que não validados para a aposentadoria.

A discussão acerca desse valor é a mesma sobre o salário mínimo, pois enquanto esse piso salarial pode atender muito bem as necessidades de toda uma família em certos municípios, pode não ser suficiente sequer para a subsistência de um indivíduo em grandes cidades do Brasil, onde o custo de vida é mais alto. Trata-se de uma política de valorização do profissional, nesse sentido outra iniciativa foi a criação de fundo nacional para investimento na educação básica, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.

O Fundeb (BRASIL, 2007) prevê repasses das arrecadações de todos os entes federados, determinando que parte desses valores fossem gastos exatamente com o pagamento de pessoal da educação. O fundo é composto por parte dos impostos de municípios, estados, Distrito Federal e União e uma complementação de 10% (dez por cento) do total arrecadado dos estados, municípios e do Distrito Federal feita pela União. Apenas parte dos valores arrecadados por impostos como IPVA e ICMS são repassados ao fundo, que são investidos em todas as áreas da educação básica, considerando o número total de matrículas e o índice presente na lei, que determina a ponderação, ou seja, um cálculo matemático é feito sobre o número de matrículas na rede pública e a ponderação, um índice de valores previsto, para que o resultado final seja a quantidade de dinheiro repassada.

A lei também determina o que se pode fazer com esse dinheiro, sendo afirmado, no seu artigo 22, que “pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”. (BRASIL, Idem)

Recentemente, foi publicada uma pesquisa nacional sobre as políticas docentes no Brasil (GATTI, BARRETTO e ANDRÉ. 2011). Nesse livro, os autores separaram um capítulo inteiro para a discussão sobre carreira e profissionalismo, onde a temática do salário é central. Os autores apresentam

uma tabela de elaboração própria, com base de dados de Alves e Pinto (2011, *apud* GATTI, BARRETTO e ANDRÉ. 2011), com o rendimento médio dos professores da educação básica nacional brasileira, apresentada abaixo, que mostra algumas conclusões dos autores, como a de que os professores recebem pagamentos proporcionais à idade de seus alunos (os professores da educação infantil ganham menos que os professores do ensino fundamental, e esses menos do que os professores do ensino médio) e que a remuneração varia, também, de acordo com a formação:

Tabela do salário médio dos professores do Brasil de jornada de pelo menos 30h

Rendimento médio de professores da educação básica: Jornada de 30 horas ou mais – Brasil – PNAD 2009		
Nível de formação	Etapa em que lecionam	Valor em reais
Educação superior	Educação infantil	R\$ 1.273
	Anos iniciais do ensino fundamental	R\$ 1.565
	Anos finais do ensino fundamental	R\$ 1.710
	Ensino médio	R\$ 2.029
Ensino médio	Educação infantil	R\$ 758
	Ensino fundamental	R\$ 1.083
Leigos (sem formação mínima requerida)	Educação infantil e ensino fundamental	R\$ 883

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de Alves e Pinto (2011).

Quadro 03, Rendimento médio de professores da educação básica: Jornada de 30 horas ou mais – Brasil – PNAD 2009

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. 1.ed. Brasília: UNESCO, 2011.

P.146.

De acordo com os dados apresentados (GATTI, BARRETTO e ANDRÉ. 2011. Idem.), é possível a formulação de uma tabela com os salários médios apresentados pelas secretarias estaduais de educação, como a seguir:

Tabela com médias de salários de professores, em reais, de acordo com as regiões e quantidade de horas trabalhadas

<i>Região</i>	<i>20h</i>	<i>40h</i>
Norte	956	1.751
Nordeste	732	1.449
Centro Oeste	1.206	1.959
Sudeste	<i>Não apresentada no texto</i>	1.791
Sul	1.316	2.582

Quadro 04, Elaboração própria, com base em dados de Gatti, Barreto e André, 2011. P. 161 a 171.

(Ibidem)

Apesar de apresentar números consideráveis, são apresentadas no texto algumas informações importantes, que tornam esses dados simbólicos, mas não inválidos. A primeira informação importante é que em dez estados brasileiros, os professores com formação superior recebem salários que não chegam ao patamar de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). O texto mostra a conclusão de que os professores:

compõem o grupo de ocupações com menores rendimentos entre as ocupações de nível superior no grupo de profissões assemelhadas. (...) Verifica-se ainda que, em 24 estados, a remuneração média dos docentes com formação em nível superior e que trabalham em tempo integral estão abaixo do que o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) estima como sendo o salário mínimo necessário ao(à) trabalhador(a) brasileiro(a), baseado no acompanhamento dos preços de uma cesta de itens de consumo básico, que, em 2009, era estimado em R\$ 2.065,47. (Gatti, Op. cit. p. 145 e 146)

Outra informação presente no texto é que apesar de se tratar de aspectos legais, não tem sido obedecida a determinação do pagamento do piso salarial. Segundo os autores, os salários pagos a professores com formação em nível médio e jornada de trabalho de 40h semanais, conforme o previsto na lei do Piso Salarial, pelos estados brasileiros que em junho de 2011 ainda não haviam ajustado os salários iniciais ao piso:

Salários-base nos estados brasileiros que, em junho de 2011, não tinham ajustado os mesmos ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)

Estados	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Goiás	Bahia	Ceará	Rio Grande do Norte	Pará	Amapá
Valor, em R\$	868,90	609,46	1.006,00	1.105,56	739,84	885,77	1.093,20	1.053,83

Quadro 05, Elaboração própria, com base em dados de Gatti, Barreto e André, 2011. P. 160 e

161.

(Gatti, Op. cit.)

A necessidade de bons salários é grande, uma vez que baixos salários afastam as pessoas melhor capacitadas, já que outros setores da economia oferecem melhores ofertas e condições de trabalho a esses profissionais, que naturalmente vão aceitar as ofertas que melhor preencham suas expectativas e necessidades. Ao contrário, a oferta de melhores salários tende a criar uma concorrência maior, por haver maior interesse, inicialmente por conta do salário, mais que acabaria por forçar uma melhor preparação daqueles que desejassem concorrer a uma vaga.

Outra parte da discussão sobre salário docente é relativa à equiparação do mesmo a de outros trabalhos em nível superior. Sabe-se que a questão dos salários permeia o assunto da valorização da educação e da docência. Os professores, formados em nível superior, recebem valores inferiores a outros profissionais também assim formados.

Tendo em vista a enorme quantidade de questões, aqui não esgotadas, sobre o assunto de salário e trabalho docente, procuro a partir de agora, então a voltar-me para o objeto principal de análise desse trabalho: Passamos a analisar de maneira mais específica o recorte brasiliense da questão do salário, parte da pesquisa feita que subsidiou esse trabalho.

Capítulo II - Percurso da pesquisa:

Esse capítulo mostra a metodologia utilizada para realização da pesquisa. Primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica para perceber a existência de textos acadêmicos tratando a formação e a atuação do pedagogo, tendo como resultado a baixa produção. No segundo momento foi elaborado um questionário para levantamento do perfil do pedagogo. Todo esse processo ocorreu nas 03 (três) fases do projeto 03, disciplina relacionada à pesquisa no curso de pedagogia.

2.1 - Formação do Grupo (Projeto 03)

A pesquisa realizada teve suas raízes com o trabalho no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação e Atuação do Pedagogo, GEPFAPe. O projeto de pesquisa que serviu de base para a elaboração desse trabalho foi sendo constituída ao longo de 4 semestres, a partir da formação do grupo .

O trabalho desenvolvido no grupo, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), se dedica, de modo especial, a investigar os múltiplos determinantes na constituição dos campos histórico-político e prático da formação de professores no Distrito Federal, bem como no Brasil, compreendendo diferentes concepções norteadoras da formação, das práticas e projetos educativos voltados ao processo de profissionalização e profissionalidade.

O GEPFAPe foi criado em 2010 e se encontra vinculado à Faculdade de Educação da UnB e ao Departamento de Planejamento e Administração (PAD), na necessidade de investigar o campo da formação de professores, especificamente as políticas, concepções e práticas procurando produzir e divulgar conhecimentos que tragam análises e propostas para o avanço nos projetos de formação e o delineamento epistemológico do campo. Para desenvolver tal tarefa conta com pesquisadores doutores e mestres da UnB em parceria com professora e estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG), além de estudantes da graduação e pós-graduação stricto sensu do PPGE da Faculdade de Educação - UnB.

O GEFAPe desenvolve estudos sistemáticos acerca da formação e atuação dos professores, envolvendo a investigação das múltiplas

determinações e contradições na implementação das políticas de formação e valorização, no processo do desenvolvimento docente e no exercício da profissão. No conjunto de seus estudos, aborda as temáticas: identidade, trabalho docente, profissionalização, políticas públicas, gênero, formação de professores, função docente, formação continuada. As investigações são realizadas tendo como base uma abordagem sócio-históricodialética, a partir da qual vêm produzindo conhecimentos significativos.

O grupo pretende não apenas produzir conhecimentos como divulgá-los em um conjunto de produções científico-acadêmicas e técnicas (dissertações de mestrado, monografias, trabalhos finais de curso, artigos, textos para livros, verbetes, relatórios, textos para cursos e produções de áudio-visual), sendo reconhecido no campo da educação brasileira como um dos grupos produtivos e comprometidos com o campo da formação de professores.

No curso de pedagogia da UnB é obrigatório a participação do aluno em projetos de pesquisa, o chamado projeto 3. Existem muitas áreas de pesquisa, entre elas os processos de alfabetização, a pedagogia hospitalar, a educação de jovens e adultos e também a formação do pedagogo, além de tantas outras áreas. Como diferencial na formação do estudante universitário em relação ao estudante de nível superior de uma faculdade, por exemplo, a pesquisa é importantíssima, pois gera novos conhecimentos e capacita os estudantes a progredirem na vida acadêmica, iniciando-os em certas funções da pós-graduação em nível superior, como é o caso da elaboração dos novos conhecimentos.

Este estudo nasceu da necessidade urgente de compreender a atuação do profissional pedagogo frente às reformas educacionais implantadas no Brasil a partir da década de 1990, revelando as dificuldades e avanços no exercício profissional do pedagogo. O primeiro momento da pesquisa foi a produção do Estado da Arte sobre a Pedagogia e os pedagogos, os resultados apontam que existe um número relativamente grande de produções teóricas sobre os direcionamentos políticos para formação dos pedagogos, porém parece haver uma lacuna em pesquisas com desdobramento na abordagem empírica.

O projeto foi dividido em quatro etapas, a primeira etapa foi uma produção do estado da arte sobre o objeto, a segunda elaboração e aplicação de questionário, a terceira demandou à elaboração e aplicação de entrevistas e quarta fase implica a análise final e divulgação dos resultados. O trabalho foi feito através da dedicação de pequenos grupos (duplas ou trios), participantes do grupo, e o desenvolvimento está registrado a seguir.

2.2 - Revisão bibliográfica: a produção do Estado da Arte

A formação e a atuação do professor têm sido, recentemente, objeto muito comum de estudo, especialmente numa época em que toda a atividade educativa tem sido repensada. É sob essa ótica, da importância de se repensar o professor e sua identidade, que surgiu o GEPFAPe, buscando conhecer melhor o pedagogo do Distrito Federal, sua prática docente e sua formação inicial. Para tanto, o grupo começou o trabalho com uma pesquisa bibliográfica, buscando conhecer a produção científica na área. A pesquisa foi realizada inicialmente para conhecer as publicações existentes na área de interesse do grupo, que é formação e atuação do pedagogo. O trabalho fora dividido entre os integrantes do grupo, na época 8 (oito) pessoas, que deveriam, primeiramente, pesquisar e selecionar revistas, eventos e periódicos sobre educação através do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES⁶). Pesquisamos em seis (6) revistas – Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Educação & Sociedade da Cedes/Unicamp, Pró-Posições da UNICAMP, Revista Brasileira de Educação, Revista da Faculdade de Educação da USP e Revista Brasileira de Política e Administração da Educação da ANPAE - e 4 eventos – Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação ANPEd, Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino ENDIPE, Colóquio Luso Brasileiro e Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação da ANPAE, todos selecionados sendo QUALIS “A1” (com exceção da revista da ANPAE que possui QUALIS “B1”), em português e sobre educação.

⁶ <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Disponível em 01 de outubro de 2011, às 16h39min.

Sob a responsabilidade do grupo de trabalho do qual eu fizera parte ficou o mapeamento da produção de duas (02) dessas revistas – Pró-Posições e Educação e Sociedade e Educação, e de um (01) evento internacional: Colóquio Luso Brasileiro, selecionados pelos critérios da pesquisa: a avaliação da CAPES deveria ser “QUALIS “A1”, o evento ou periódico deveria ser em português e ter como assunto principal questões sobre educação.

O levantamento evidenciou pequena produção acadêmica acerca da relação do currículo e formação do pedagogo, a qual não alcançou a problemática das dificuldades e identificação dos avanços no exercício profissional, como será descrito adiante nesse trabalho. A investigação dos sérios e atuais desafios que este profissional enfrenta no seu dia-a-dia laboral relacionada com o percurso curricular e de práxis do pedagogo é, podemos dizer, inexistente nesses periódicos pesquisados.

2.3 - Metodologia da pesquisa bibliográfica

A metodologia utilizada para pesquisar os artigos foi a triagem levando em conta os seguintes aspectos e critérios:

a) Focar o objeto de estudo: a formação e atuação dos pedagogos;

b) Período a ser pesquisado: foram considerados artigos interessantes à pesquisa aqueles que fossem a partir do ano 2000, que foi quando ocorreu a mudança do currículo no curso de pedagogia e licenciaturas, portanto a pesquisa toma como recorte o período de 2000 a 2010, perfazendo uma década de produção sobre a educação, a pedagogia e a atuação do pedagogo;

c) Título: Também aqueles que trouxessem em seus títulos idéias pontuais sobre o pedagogo, a formação do mesmo, seu currículo, sua atuação e as políticas públicas que circundam tudo isso;

d) Busca por palavras-chave;

Foram usadas como palavras chaves combinadas:

- Pedagogo/pedagogia,
- Formação,
- Atuação,
- Currículo;

e) Leitura do resumo: o resumo foi utilizado na seleção para tomar conhecimento do real sentido e conteúdo do texto, já que alguns títulos são um tanto quanto subjetivos, dando margem a várias interpretações, relativas ou não ao trabalho;

f) Leitura do texto: Finalmente, a leitura completa do texto foi utilizada para a certificação da importância do texto à pesquisa.

A revista *Pró-posições*, um periódico quadrimestral da Faculdade de Educação da UNICAMP “tem como objetivo divulgar a produção acadêmica na área da Educação. Publica artigos inéditos e/ou traduzidos, ensaios, resenhas, documentos e textos oriundos de publicações fora de catálogo”¹. A revista dispõe de um catálogo dos arquivos, contendo todos os artigos desde a sua primeira edição, em 1990. Com periodicidade trimestral, a revista *Educação & Sociedade* é uma publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES/UNICAMP. Publicada desde 1978 e planejada como instrumento de incentivo à pesquisa acadêmica e ao amplo debate sobre o ensino, a revista *Educação & Sociedade* é um dos mais importantes periódicos editados hoje na área da Educação no país.

Da pesquisa efetuada nas publicações destas revistas foram selecionados vários artigos que tratavam diretamente do assunto em seus títulos, e, em seguida, foi realizada uma triagem dos arquivos que não eram tão claros, primeiramente em conjunto nas reuniões do GEPFAPe analisando os arquivos a partir de uma visão macro de seus títulos e sua relação com o assunto da pesquisa, e num segundo momento, de maneira individual, observando os resumos e os próprios artigos.

Observando os artigos da revista *Pró-Posições*, foram crivados apenas 5 artigos, em 30 edições da revista. Quatro deles circundam o tema

formação do pedagogo, falando sobre currículo e experiências com o campo de atuação (sala de aula), sendo que apenas um deles pode ser considerado ambíguo em seu foco, falando sobre formação e ao mesmo tempo atuação, ao tratar do tema estágio, mas ainda assim foi considerado artigo sobre formação. Além disso, o mais recente deles trata o tema da identidade do pedagogo.

O artigo das autoras Guedes-Pinto e Fontana (2001) trata sobre a prática docente nos estágios, referindo-se ao tema formação já que o importante no estágio é que se obtenha a prática formativa inicial, ou seja, o “pontapé inicial” da experiência profissional.

O terceiro artigo, na ordem cronológica, de Silva (2005), é uma pesquisa realizada em cinco universidades federais brasileiras, não citadas, nos respectivos cursos de pedagogia, para saber sobre a formação para educação infantil. O texto percorre o tema currículo também, sendo que esse fora estudado pela autora. A análise dos dados aponta para os seguintes resultados: o curso de pedagogia tem sido um espaço para a formação de professoras para a educação infantil, ainda que, com prioridade para a pré-escola; a criança e a infância são temas que começam a ocupar um espaço (restrito) nos cursos de pedagogia; a Psicologia é a área do conhecimento que fundamenta a formação nos cursos de pedagogia; a pesquisa aparece como um elemento fundamental na articulação teoria-prática; e, finalmente, pode-se identificar a presença incipiente de uma Pedagogia da Educação Infantil, apesar do predomínio do modelo escolar do ensino fundamental.

Na seqüência, o texto de Kishimoto (2005) também se refere a uma pesquisa realizada nos cursos de pedagogia, mas da rede privada, e por fim, o artigo do grupo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC) da Faculdade de Educação da Unicamp (CUNHA, MOTA, NOGUEIRA. 2007), discute a identidade do pedagogo como algo dinâmico, instável e variável de acordo com as situações.

De 658 artigos publicados nas edições da revista Educação & Sociedade entre 2000 e 2010, foram identificados também apenas 5 artigos que respondiam ao foco da presente pesquisa, correspondendo a menos de 1% da produção da revista. Quatro deles – com foco na formação do pedagogo – sendo três (FERREIRA, 2006; LIBANEO, 2006; AGUIAR, 2006) em 2006 trazendo uma análise sobre a publicação das Diretrizes Nacionais para o curso

de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006), o quarto artigo (CRUZ, 2009) dentro do foco da formação, foi publicado em 2009 apresentando um panorama sobre os 70 anos do curso de Pedagogia no Brasil. O outro artigo selecionado (VIEIRA, HYPOLITO e DUARTE, 2009) da referida revista dava foco na atuação do pedagogo nos primeiros anos do ensino fundamental em escolas públicas.

O evento que ficou sob responsabilidade da dupla de trabalho foi o Colóquio Luso-Brasileiro sobre questões curriculares. O colóquio, inicialmente apenas lusitano, a partir de sua V edição, passou a ser o I luso-brasileiro, acontecendo alternadamente, no Brasil e em Portugal, discutindo sempre assuntos sobre o currículo educacional, nas várias fases e modalidades de ensino, reunindo grandes estudiosos e profissionais na área. Tendo em vista as dificuldades de encontrar material, apenas o V Colóquio luso-brasileiro (IX Colóquio geral) foi usado na pesquisa, mas com importantes contribuições para a mesma.

O procedimento de triagem foi o mesmo e foram conseguidos seis (6) artigos, em apenas uma edição do evento. Por se tratar de um evento centralizado em questões de currículo, os temas perpassam a problemática da identidade do curso (1 artigo), a questão da formação (2 artigos), as questões curriculares (2 artigos) e as políticas públicas (1 artigo).

No texto “Quem é o pedagogo?” (BRAGA, BARROS. 2008), foi retratada uma pesquisa feita com diversos alunos do curso de pedagogia para saber-se quais eram suas concepções e anseios relativos ao curso, tais como finalidade, currículo e formação do pedagogo, importantíssimo, já que se sabe falta de esclarecimento em relação a assuntos como pedagogia empresarial ou estágio. Tal pesquisa é importante no sentido de dar informações para a mudança do curso, obviamente não apenas considerando as vontades dos alunos, mas as necessidades do mercado. Já o texto brasileiro “O currículo como disciplina” (BORGES, TÔRRES. 2008), trata as experiências da UnB com o estudo do currículo do curso, que no curso de pedagogia é estudado em algumas disciplinas, podendo ser estudado também como projeto de pesquisa, que é o caso do artigo, elaborado durante 2008, que relata as experiências do grupo de pesquisa que buscou investigar a presença do currículo como disciplina nos cursos de pedagogia do DF.

O artigo “A formação do pedagogo” (VASCONCELOS, BAFFI, ALVES. 2008), da Universidade Católica de Petrópolis, discute o currículo tratando das situações modernas, mais recentes, percorrendo a dinâmica mundial e, por consequência, do curso.

O artigo “As diretrizes curriculares nacionais”, das autoras Cordeiro, Hobold, Aguiar e Junckes (2008), é uma pesquisa feita no sul do país com o objetivo de perceber a implementação da CNE/CP n° 1/2006, que reformula o currículo do curso de pedagogia a nível nacional, observando as mudanças ocasionadas pela adequação ao texto da lei, enquanto o artigo “Uma nova pedagogia no estado do Rio de Janeiro?”, (SOBREIRA. 2008) e um grupo de pesquisa sobre o assunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), traça um plano histórico dos textos norteadores do curso de pedagogia, percorrendo “mortes e nascimentos”, como no caso da LDB de 96 (Lei no. 9394/96), que extinguiu as habilitações, e o artigo “Formação de professores e currículo” (ROSA. 2008), produzido na Universidade Estadual de Goiás a partir de uma pesquisa feita em tal universidade, que é descentralizada em vários *campi* pelo estado, e teve como objetivo sistematizar em eixos o currículo da formação de professores na instituição.

2.4- Números da pesquisa: Sistematização dos dados

Como resultados, temos os quadros abaixo. O primeiro deles, demonstra a baixíssima produção científica acerca da formação e atuação do pedagogo, o que sinaliza ao grupo GEPFAPe um grande espaço de pertinência e inserção na discussão nacional sobre estes temas tão interligados ao principal debate e demanda social: a qualidade da educação.

Evento/Revista	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL POR EVENTO/REVISTA	TOTAL EM % ^a
Colóquio de Currículo	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6 ¹	1,09
Educação e Sociedade	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	5	0,76%
Pró-Posições	0	1	0	0	2	0	0	1	0	0	0	4	1,15%
TOTAL POR ANO	0	1	0	0	2	0	3	1	6	2	0	15	1%

¹O grupo só teve acesso ao anais de uma edição do evento.

Uma informação interessante, é que no colóquio foram localizados 546 artigos divididos em 16 grupos, mas que o Grupo 11, denominado

“Currículo e Formação docente”, é o que tem mais artigos de maneira perceptível, com 105 artigos, quase 20% dos artigos. Daí, pode se notar que uma tendência recente é ligar o currículo à formação docente, tema desta pesquisa.

Já a segunda tabela, logo abaixo, mostra os assuntos tratados nos artigos das duas revistas e do evento pesquisado pela dupla, dividindo por áreas. Apesar de existirem outras áreas do conhecimento sobre pedagogia, apenas esses quatro temas foram assunto principal nos trabalhos encontrados.

Classificação por temas.

<u>REVISTA/ EVENTO</u>	<u>FORMAÇÃO</u>	<u>IDENTIDADE</u>	<u>CURRÍCULO</u>	<u>POLÍTICAS PÚBLICAS</u>
Pró-Posições	03 artigos	01 artigo	NA	NA
Educação e Sociedade	01 artigo	NA	03 artigos	NA
Colóquio de Currículo	02 artigos	01 artigo	02 artigos	01 artigo
Total	06 artigos	02 artigos	05 artigos	01 artigo

Quadro demonstrativo dos resultados do levantamento bibliográfico classificado por temas macro.

2.5 - Considerações sobre a pesquisa bibliográfica

Como melhorar a qualidade da educação de nossas crianças e jovens sem se discutir profundamente a formação e atuação dos pedagogos responsáveis pela educação inicial do povo brasileiro?

Através de uma séria discussão e análise crítica sobre as fragilidades do currículo destes educadores e de suas dificuldades no atual contexto de atuação profissional poderá se diagnosticar as ações primordiais para a melhoria dos indicadores qualitativos da educação brasileira.

Torna-se evidente que a reforma ou atualização do currículo da pedagogia frente aos desafios presentes na sociedade do século XXI e uma comprometida valorização profissional destes educadores é premissa básica para toda e qualquer transformação na educação.

Através do levantamento efetuado evidenciou-se a pífia produção acadêmica acerca da relação do currículo e formação do pedagogo, a qual não alcançou a problemática das dificuldades e identificação dos avanços no exercício profissional. A investigação dos sérios e atuais desafios que este profissional enfrenta no seu dia-a-dia laboral – violência, bullying, identificação e tratamento de disfunções psicológicas, cognitivas, afetivas e sociais dos alunos, desvalorização profissional & identidade, falta de condições adequadas para a atuação etc. – relacionada com o percurso curricular e de práxis do pedagogo é, podemos dizer, inexistente.

É sensível e pujante a evidência de que a formação do pedagogo deve estar coerente com o contexto que o mesmo irá encontrar no seu exercício profissional para que esteja potencialmente apto a contribuir na constituição dos sujeitos-cidadãos do século XXI. No mesmo grau, a evidente pujança da necessidade de trabalhar, discutir, refletir, pesquisar e produzir conhecimento científico que inicie o preenchimento desta lacuna do arcabouço da pesquisa educacional brasileira se impôs ao espírito investigativo e ao propósito sócio-transformador do grupo de pesquisa GEPFAPE.

Construir uma análise da formação de professores no momento atual implica em também conhecer a produção do campo a fim de revelar as tendências gerais da formação. Nesse sentido este estudo se orienta pelo levantamento da produção da área sobre o curso de Pedagogia buscando identificar os eixos que perpassam a produção do conhecimento. Um dos primeiros aspectos que podemos levantar a partir dos estudos realizados é que se faz necessário que as pesquisas sobre a formação de professores dêem maior atenção ao curso de Pedagogia e à formação de pedagogo, uma vez que este é o terceiro curso em número de matrículas no Brasil, segundo dados do INEP. Outro aspecto significativo é a quase ausência na produção analisada de estudos sobre a formação (e a atuação) de professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao mesmo tempo em que intensificam-se os estudos sobre as DCNP/2006, que afirmam a docência como núcleo central da formação no curso de Pedagogia.

A análise dos trabalhos produzidos no período entre 2000-2010 revela a riqueza e a diversidade de enfoques das investigações, bem como dos fundamentos teóricos e das metodologias de pesquisa utilizados pelos

pesquisadores. No entanto, sinalizam a dificuldade de se estabelecer um debate mais amplo, ampliando o número de pesquisas e envolvendo novos pesquisadores. É preciso salientar, uma vez que os trabalhos aqui apresentados têm o currículo como preocupação, que o conjunto dos trabalhos lança luz sobre o currículo do curso de Pedagogia ao dimensionar a docência para a formação do pedagogo.

Ao mesmo tempo, o breve levantamento apresentado neste artigo revela um antagonismo: a produção é de qualidade com aprofundamento teórico e metodológico, reflete as necessidades do campo e contribui para o avanço da área, entretanto, há muitos silêncios. Calam-se principalmente pesquisas em relação à profissionalização e profissionalidade e também sobre as condições de trabalho nas escolas. Como melhorar a qualidade da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem se discutir profundamente e de forma indissociável a formação da atuação dos professores responsáveis pelo início do processo de escolarização?

Nós, do grupo GEPFAPE, defendemos que é necessário uma séria discussão, pesquisa e análise crítica sobre o currículo da formação inicial articuladas ao contexto de trabalho, desta forma poderemos constituir uma base epistemológica sobre a qual se possa pensar as políticas de formação, profissionalização e trabalho como um grande sistema de formação e valorização dos professores. A investigação dos grandes e atuais desafios que este profissional enfrenta no seu cotidiano de trabalho (violência, *bullying*, identidade, condições adequadas para o ensino, entre outros) necessariamente devem articular-se à ao currículo do curso de Pedagogia.

O objeto de estudo do GEPFAPE é a formação e atuação do pedagogo, o objeto de estudo desse trabalho é, no entanto, o salário do pedagogo. Não foi encontrado nenhum artigo que tratasse do salário do pedagogo entre os artigos selecionados.

2.6 - A elaboração e aplicação do questionário: a pesquisa e a formação do pesquisador.

Após o trabalho de revisão bibliográfica, o grupo GEPFAPE começou a trabalhar na elaboração do questionário para identificação do perfil do pedagogo no Distrito Federal. O método utilizado foi o questionário para atender a uma quantidade suficientemente grande de pessoas (nesse caso, cerca de 200 pessoas). Para a pesquisa, procuramos utilizar o menor número possível de perguntas abertas (com resposta escrita), para evitar qualquer possível não entendimento, procurando deixar os cabeçalhos sempre bem claros também. O trabalho foi feito em equipes, de forma que o recorte do questionário do qual eu e meu parceiro⁷ de trabalho fomos responsabilizados foi o campo de atuação profissional.

Nós tivemos algum trabalho para começar a pensar nas perguntas a serem feitas nesse questionário, mas em geral perpassamos as áreas mais específicas, como horas de trabalho semanais e salário, além de questões sobre autonomia e percepção sobre o trabalho executado. Utilizamos o livro “Métodos e técnicas de pesquisa social”, do autor Gil (1999). No livro o autor cita vários exemplos de pesquisas e também exemplos de perguntas para as mesmas e como utilizá-las. Após muitas reuniões de revisões, conseguimos chegar a uma versão piloto e fizemos a aplicação piloto desse questionário.

Depois disso, transcrevemos o questionário para a internet, onde se encontrava hospedado num sítio virtual internacional de pesquisas, o “encuesta fácil”⁸, que, aliás, tem ajudado no tratamento dos dados, uma vez que o sistema do sítio faz automaticamente a leitura dos dados, restando para nós apenas o trabalho de análise dos gráficos e dados, já sistematizados pelo serviço prestado pelo sítio.

A experiência seguinte, após a revisão da versão piloto, foi aplicar o questionário em espaços não escolares. Deveríamos buscar pedagogos(as) em espaços de educação não escolares, para que pudéssemos incluir o perfil destes na pesquisa. Dessa vez responsável pela aplicação do questionário em uma Universidade Corporativa, nas proximidades do C.O. (Centro Olímpico da UnB), o que foi uma dificuldade completa. A instituição é totalmente fechada, de maneira que só se pode entrar lá com autorização (mediante apresentação do crachá). O sítio eletrônico da instituição tem um telefone que nunca é

⁷ Jovino de Sousa Rodrigues e Samuel Edem Leite da **Silva**

⁸ <<http://www.encuestafacil.com/>>. Disponível em 01 de outubro de 2011, às 17h05min.

atendido. Chegou a ser necessário pedir ajuda a uma outra estudante da UnB, que estudava na Faculdade de Educação Física da UnB, ali perto da instituição, que passasse por ali e conseguisse o número do telefone da instituição, mas o número passado a ela era de um orelhão. Por fim, indo eu mesmo à instituição, com intenção de encontrar um pedagogo trabalhando em espaço não escolar, não consegui entrar, mas consegui um número de telefone válido, falei com a pedagoga, que mesmo ocupada, respondeu no mesmo dia o questionário enviado por email.

Depois foi a aplicação dos questionários no espaço escolar, quando deveríamos aplicar os questionários com pedagogos(as) que atuassem em escolas da educação infantil de do primeiro ciclo do ensino fundamental. Procurei aplicar os questionários no meu ambiente de trabalho e encontrei muita resistência aplicando o questionário ali. Meu contato tem sido intenso com a escola onde trabalho, pois além do estágio obrigatório, tenho feito estágio remunerado e observação de aulas para outras disciplinas naquele espaço. Entreguei alguns questionários, tendo a surpresa de encontrar profissionais atuando como docente em sala de aula apenas com o magistério ou o normal superior. Consegui alguns questionários imediatos, mas ao tentar tratar do assunto com a coordenação, que também poderia ser procurada, aconteceu um momento de constrangimento.

Ao entrar na sala da coordenação do 1º ciclo do ensino fundamental e falar com a coordenadora sobre o assunto, a professora que havia respondido ao questionário em sala de aula anteriormente (aplicação piloto), afirmara que o questionário era chato, e maçante, e que a coordenadora não teria tempo para aquilo. Estranhando o comportamento da professora, fiz uma brincadeira, entendendo que aquilo também tinha um toque de humor, mas meu comentário não foi bem interpretado, gerando ainda mais constrangimento para mim, que fiquei traumatizado com a situação. Diante dessa situação, ignorei o ocorrido e continuei aplicando questionários com meus colegas de trabalho, de forma mais cuidadosa.

No fim da aplicação, consegui um total de 2 (dois) questionários em espaços não escolares e 11 questionários em espaços escolares, além de ter trabalhado na transcrição do questionário para a internet e do gerenciamento

do mesmo, pois foi feito um investimento no software online para melhor aproveitamento dos dados obtidos e analisados.

Segue então, no próximo capítulo, análise de parte desses dados, especificamente os dados relativos à idade, renda pessoal e renda familiar.

Capítulo III – Dados da pesquisa e análise:

Este capítulo tem como objetivo a análise dos dados referentes à pesquisa realizada no grupo GEPFAPE, explicada no capítulo anterior. Os dados coletados nos questionários possibilitaram a elaboração de gráficos sobre o salário dos pedagogos no GDF, que contemplam todos os objetivos propostos do trabalho.

O objetivo inicial é identificar a faixa média salarial dos pedagogos e a faixa média de renda familiar dos mesmos. No segundo momento, perceber se há relação entre a faixa salarial do pedagogo e a faixa de renda familiar. O terceiro e último objetivo da análise dos dados nesse trabalho é averiguar se há relação entre a faixa salarial e a idade dos pedagogos.

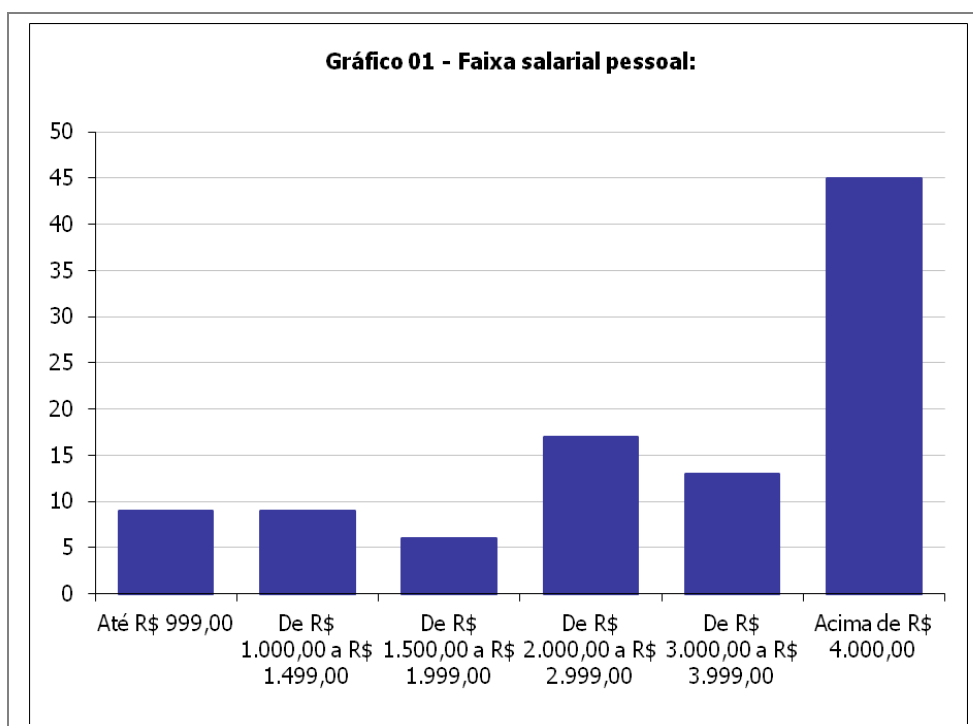
As teses que acredito serem verdadeiras, e usarei os dados para corroborar ou não minhas conclusões, são que o pedagogo participa ativamente da renda familiar, sendo uma das principais fontes financeiras do seu lar, e que o salário cresce proporcionalmente à idade, ou seja, quanto mais novo o pedagogo, menor seria seu salário, isso devido ao plano de carreira. Além disso, a discussão que fomos construindo teoricamente é que o salário é um fator central para o desenvolvimento da carreira profissional, como abordado no primeiro capítulo.

Na revisão de literatura observou-se que não foram encontradas na literatura estudos de correlação entre a importância do salário, da motivação, do ambiente de trabalho, do comprometimento e da satisfação dos colaboradores, apesar de serem temas antigos. Trabalhamos com a hipótese de que o pedagogo é um profissional que assume o sustento de sua família e que sua remuneração não atende as necessidades do sujeito e nem o coloca numa posição de realização pessoal financeira e/ou profissional.

O gráfico 01 mostra o número de pesquisados em função da faixa salarial individual. Nos gráficos de faixas salariais individuais, os valores a ser considerados são agrupados em faixas: a primeira compreende os salários até R\$999,00 (faixa 01); a segunda, salários compreendidos entre R\$1.000,00 e R\$1.499,00 (faixa 02); a terceira faixa contém os salários de R\$1.500,00 a R\$1.999,00 (faixa 03); a quarta faixa mostra os resultados dos valores entre R\$2.000,00 e R\$2.999,00 (faixa 04); a quinta também compreende uma faixa

de variação de R\$1.000, de R\$3.000,00 até R\$3.999,00 (faixa 05); e a sexta e última faixa indica salários superiores a R\$4.000,00 (faixa 06)⁹ valor aproximado do salário, sem benefícios, do pedagogo escolar (professor) da rede pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Em se tratando de um total de 100 questionários, o número de respostas corresponde exatamente à porcentagem nos gráficos 01 e 02. Os resultados foram os seguintes, respectivos às faixas, com as correspondendo às porcentagens: 9 (nove), 9 (nove), 6 (seis), 17 (dezesete), 13 (treze), 45 (quarenta e cinco), somando um total de 99 (noventa e nove) questionários respondidos, e um não respondido.



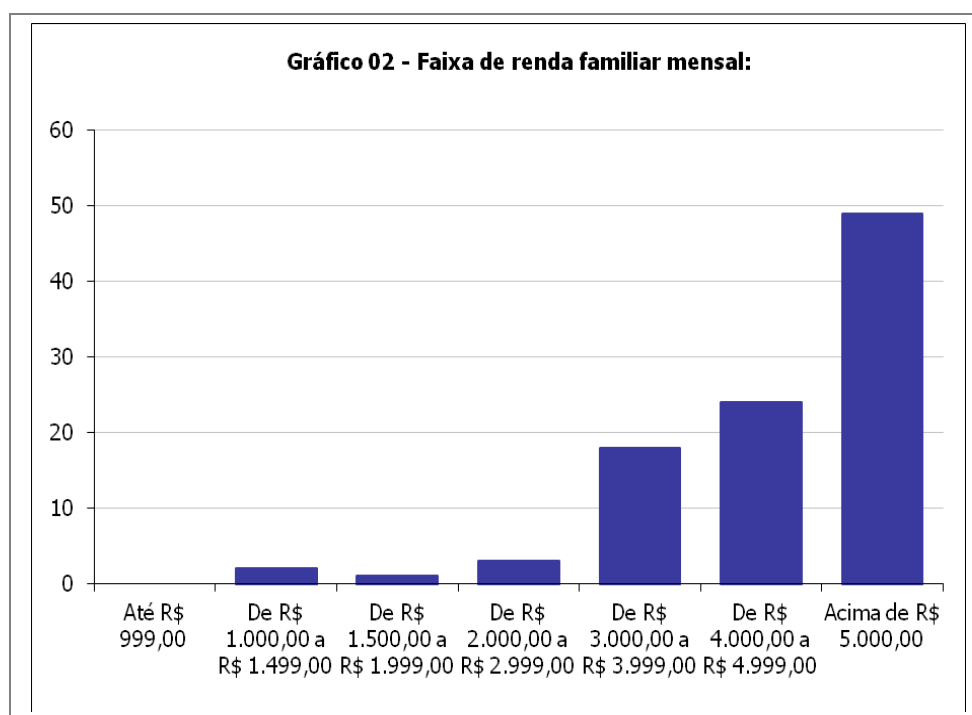
É notável, nesse gráfico, que a faixa média de salário do Distrito Federal é muito superior ao vencimento médio dos professores do Brasil, que na região Sul alcança o maior nível, já apresentado no Quadro 04, de R\$2.582,00. Esse valor ultrapassa, com folga, o valor do Piso Nacional e da média nacional tanto da educação infantil quanto do primeiro ciclo do ensino fundamental (Quadro 03, p.33). Apesar disso, nota-se que há pedagogos na capital nacional recebendo valores inferiores até mesmo ao piso.

⁹ Os números das faixas em questão serão usados para não tornar demasiadamente repetitivo o trabalho nos gráficos de 03 a 07

Outra realidade que se constata é que, se comparado com outras carreiras de ensino superior, com a média salarial do Distrito Federal e com alto custo de vida da capital, o salário médio dos pedagogos no DF apesar de ser o maior do Brasil, não indica valorização da carreira e nem da profissão. Refere-se a uma condição estrutural da capital federal. Entendemos que o salário dos professores deveria ser sim um dos maiores, pois é um profissional de grande importância para qualquer sociedade, e sobretudo em sociedades escolásticas como a brasileira.

O gráfico 02, à semelhança do gráfico 01, mostra as faixas de renda familiar do pedagogo brasileiro. As faixas são sete: até R\$999,00; entre R\$1.000,00 e R\$1.499,00; de R\$1.500,00 a R\$1.999,00; entre R\$2.000,00 e R\$2.999,00; na variação de R\$1.000, de R\$3.000,00 até R\$3.999,00; entre R\$4.000,00 e R\$4.999,00; e, finalmente, valores superiores a R\$5.000,00.

Os números que compõem o gráfico número 02 são, tanto de número de respostas quanto à porcentagem os seguintes: 0 (zero), 2 (dois), 1 (um), 3 (três), 18 (dezoito), 24 (vinte e quatro), 49 (quarenta e nove), somando um total de 97 (noventa e sete) questões respondidas, e 3 (três) sem resposta.



Podemos perceber uma inclinação dos valores para o fim dos dois gráficos, ou seja, uma concentração da renda pessoal em torno dos R\$4,000 e da renda familiar concentrando-se o que mostra que os valores são maiores. No primeiro gráfico, 68,23% das escolhas estão concentradas nas duas últimas opções (maiores faixas salariais em questão) e no segundo, 75,26% da mesma forma. Assim, é corroborada a tese de que o pedagogo participa na renda familiar, número que se compreende por esses dois resultados percentuais. O contrário também é perceptível, no outro extremo da tabela, pois no gráfico 01 as três primeiras faixas, juntas, somam 24% das escolhas e no gráfico 02 as quatro primeiras faixas salariais somam apenas 5% juntas, sendo que a primeira faixa não foi selecionada por ninguém.

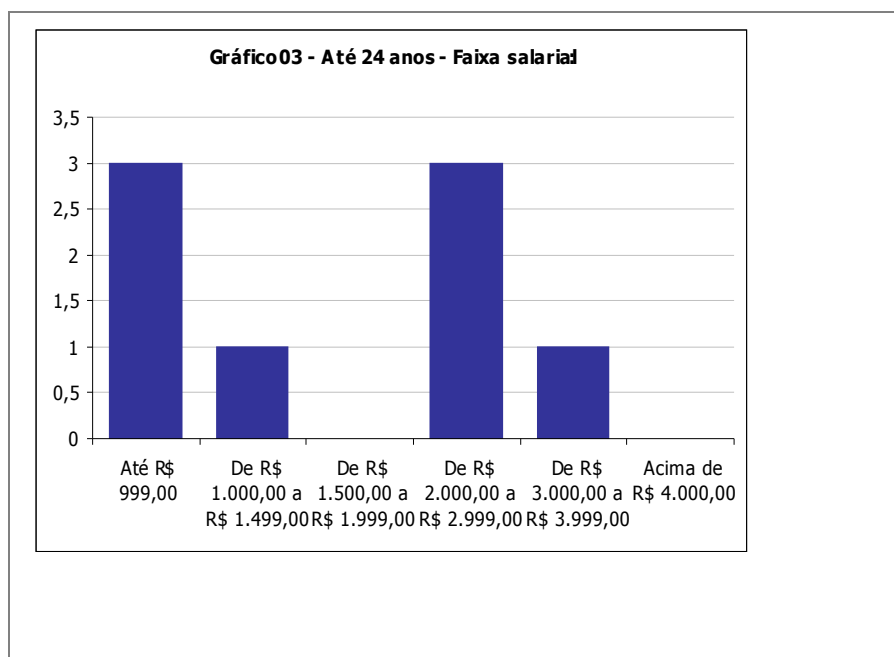
Esses resultados são importantes porque mostram que, contraditoriamente, quando se coloca a questão de gênero, portanto a maioria de mulheres na profissão, mostra que o profissional da pedagogia contribui decisivamente para o sustento de sua família. Há 30 ou 40 anos, o salário do professor, ou melhor, da professora primária, neste caso, o pedagogo hoje, representava garantia de vida digna para a “profissional” celibatária, ou uma ajuda considerável no orçamento familiar das casadas. Este fato parece ser confirmado, entretanto com uma condição e qualidade da vida rebaixada pelo salário pago. Talvez o aspecto mais básico e decisivo, com relação a um processo de declínio da ocupação docente, seja a decadência do seu salário e do que isso representa para a dignidade e o respeito de uma categoria profissional. Ela é visível ao observador comum, às famílias, aos próprios alunos, até à mídia, que acaba contribuindo para prejudicar ainda mais sua imagem.

Com relação ao salário, é sempre chocante a comparação da nossa situação com o que ocorre em outros países, onde, além de mais dignos, os salários não apresentam a disparidade entre os níveis de ensino e as regiões do país, como acontece aqui. A breve análise histórica, que procuramos fazer logo no início deste estudo, confirma uma considerável precarização do trabalho dos professores. A sociologia das profissões mostra que as fragilidades que envolvem o trabalho docente são complexas. Já dissemos que não há consenso com relação ao conceito de “profissão”. Mas, mesmo tomando como referência a discutível noção elaborada a partir das profissões

liberais, o trabalho docente carece de inúmeros requisitos que lhe poderiam garantir o estatuto de profissão, essa crise, gera uma precarização do trabalho docente um rebaixamento do seu salário.

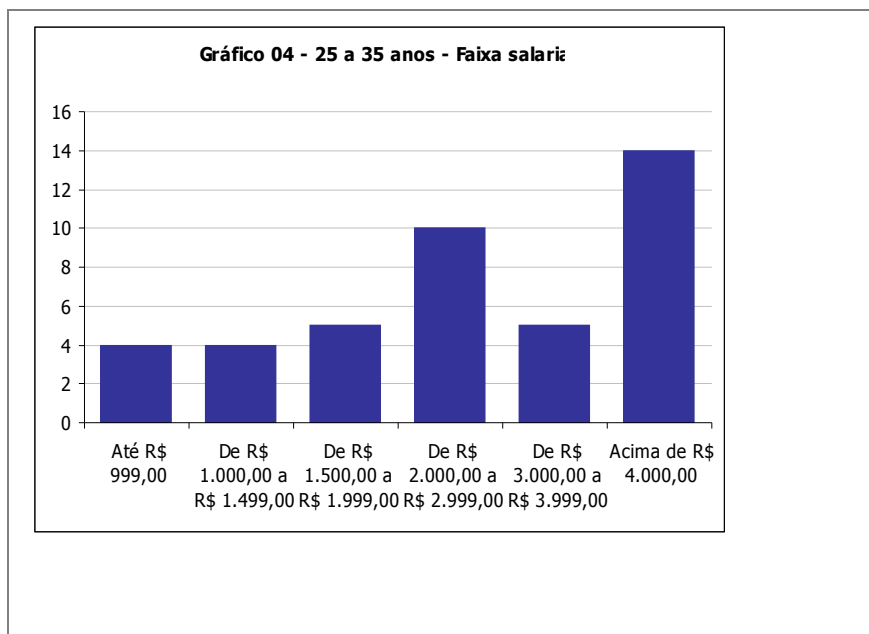
Agora, no segundo momento, apresento os gráficos 03 a 07 que representam as faixas salariais de acordo com as faixas etárias. É importante informar, antes de fazer a análise dos resultados, o número de pessoas que compõem cada idade: até 24 anos, 9 (nove) pessoas; entre 25 e 35 anos, 42 (quarenta e duas) pessoas; de 36 a 45 anos, 32 (trinta e duas) pessoas; de 46 a 50 anos, 13 (treze) pessoas; e acima de 50 anos, apenas 4 (quatro) pessoas, somando um total de 100 sujeitos.

O gráfico 03 mostra as faixas salariais dos pedagogos de até 24 anos. Os resultados são, curiosamente, 03 (três) escolhas na faixa 01 (38% das respostas), 01 (uma) escolha na faixa 02 (13%), 03 (três) escolhas na faixa 04 (38%), 01 (uma) escolha na faixa 05 (13%) e nenhuma escolha nas faixas 03 e 06, além de 01 (um) questionário sem resposta.

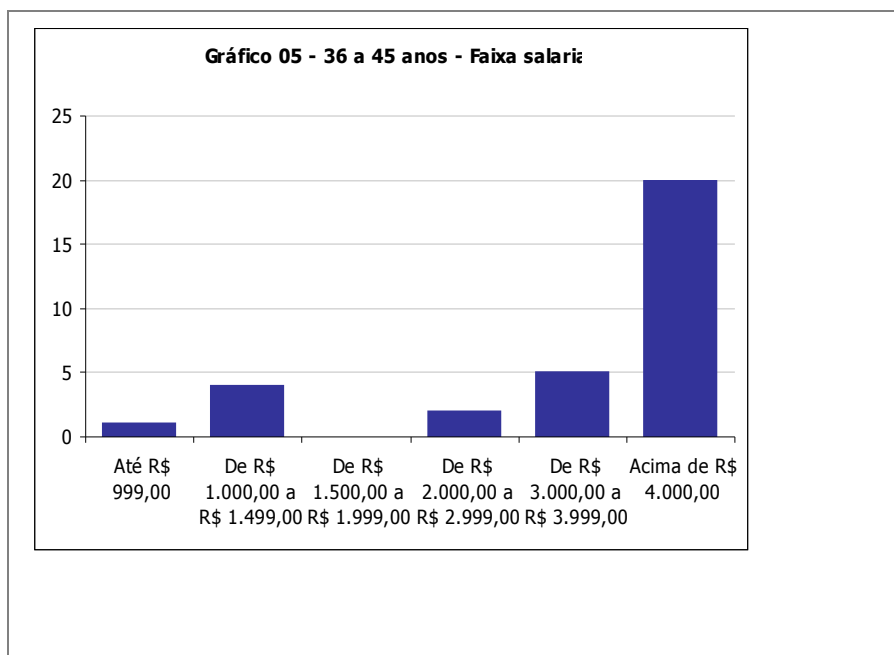


O gráfico 04 apresenta os salários dos pedagogos de idades entre 25 e 35 anos. Dentre as faixas etárias, essa é a que compreende o maior número de pedagogos, 42 (quarenta e dois), assim distribuídos nas faixas salariais: faixa 01, 04 (quatro) respostas (10%); faixa 02, também 04 (quatro)

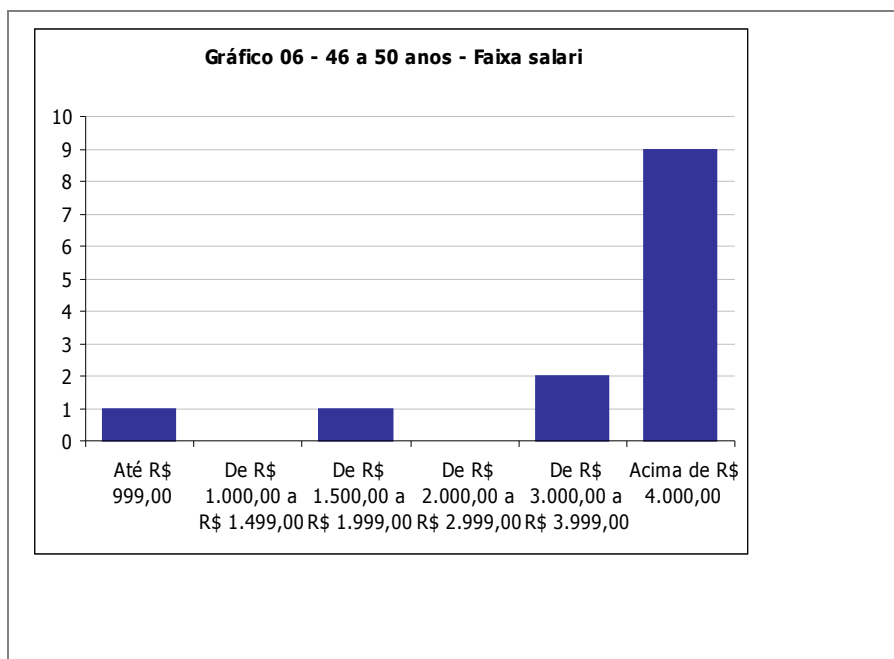
respostas (10%); faixa 03 com 05 (cinco) respostas (12%); faixa 04 contendo 10 (dez) respostas (24%); repetindo a faixa 04, a faixa 05 tendo (quinze) respostas (12%); e a faixa 06 com 14 (quatorze) respostas (entre 33% e 34%).



A faixa salarial indicada no gráfico 05 é a dos pedagogos de idades entre 36 e 45 anos. A segunda mais densa faixa de idade de atuação dos pedagogos trás as seguintes respostas: 1 (uma) pessoa (aproximadamente 3%) na faixa 01, 4 (quatro) pessoas (aproximadamente 13%) na faixa 02, nenhuma escolha pela faixa 03, 2 (duas) respostas alocadas na faixa 04 (aproximadamente 6%), coincidentemente, 5 (cinco) pessoas na faixa 05 (aproximadamente 16%) e 20 opções (aproximadamente 63%) pela faixa 06.

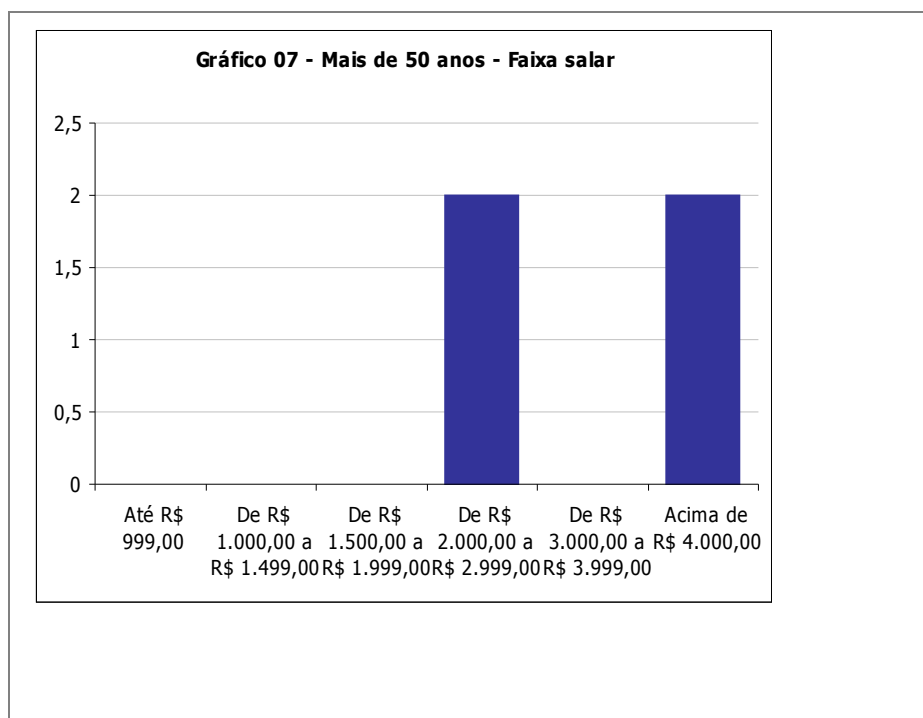


Os pedagogos com idades entre 46 e 50 anos têm seus vencimentos revelados no gráfico 06. Não foram selecionadas, nessa opção, as faixas 02 e 04. Repetiram-se as faixas 01 e 03, cada uma com apenas 1 (uma) pessoa (8% cada). A faixa 05 foi selecionada por 2 (duas) pessoas (15%) e a faixa 06, compreendendo a maioria das respostas dessa faixa etária, foi selecionada por 9 respondentes (69%).



Por fim, no gráfico 07, há as faixas salariais dos pedagogos com idade superior a 50 anos. Apenas quatro pessoas foram cotadas nessa faixa

etária, e foram selecionadas apenas as faixas 04 e 06, cada uma com 2 (duas) respostas (50% cada).



A tese aqui defendida é que a idade é relativamente proporcional ao salário, o que quer dizer que quanto maior a faixa etária, maior o salário. Há algumas informações importantes nesses gráficos, que servem para corroborar a tese. Primeiro, no gráfico 03, não foi selecionada a faixa 06 por nenhum respondente, enquanto no gráfico 07, não foram selecionadas as faixas 01, 02 e 03 por nenhum respondente. Isso mostra que nas faixas salariais selecionadas, nenhum pedagogo até 24 anos recebe o correspondente à maior faixa salarial, e nenhum pedagogo acima de 50 anos recebe menos do que a 4ª faixa salarial.

O segundo ponto a corroborar a tese de que a idade é relativamente proporcional ao salário é a concentração de respostas. À medida que a faixa etária vai crescendo, é possível perceber, através dos gráficos e dos resultados aqui descritos que a concentração de escolhas vai se deslocando para as últimas faixas do gráfico, ou seja, para os maiores salários. Ao contrário disso, nos primeiros gráficos é possível perceber uma concentração das respostas rumo às primeiras faixas do mesmo, ou seja, os menores salários, corroborando a tese de que os pedagogos mais jovens ganham menos que os

pedagogos mais velhos, ou, em outras palavras, o salário é relativamente proporcional à idade do pedagogo, o que é devido ao plano de carreira e de formação.

Isto acontece por que um professor precisa investir muitos anos de formação e dedicação para conseguir um bom salário em algumas situações, o que muitas vezes o deixa desestimulado e leva ao abandono da carreira ou torna-se um profissional obcecado por melhoras no salário, investindo em cursos e diplomas apenas para aumentar seus vencimentos, um profissional carreirista.

A pesquisa aponta que a baixa remuneração está colocando em risco a profissão de professor. Todos merecem salário digno sim, mas é possível estabelecer uma cadeia de valoração em termos de salário. O salário de um profissional depende em grande conta da procura por essa profissão. Mas no caso do professor, a procura é grande, mas o salário continua baixo, o que diminui a atratividade da profissão, faz com que cada vez mais jovens desistam de seguir a profissão (ou sigam por falta de opção e não gosto pessoal, o que pode fazer com que mudem logo de ramo) e, com menos professores (menos oferta), há menos concorrência, menos opções de escolha, e isso afeta diretamente a qualidade do ensino.

A autora Barbosa (2011), em pesquisa recente, mostra que há, pelo menos, 4 (quatro) grandes implicações dos baixos salários para o trabalho docente. A baixa atratividade, o abandono da profissão após a formação, a redução do poder aquisitivo da categoria, o sentimento de desânimo e insatisfação com o trabalho e uma intensa jornada de trabalho, em mais de um emprego ou em mais de um turno, para compensar os baixos salários, são problemas enfrentados pelos professores conseqüentes da baixa remuneração salarial.

Recentemente, em uma palestra (Fórum Nacional de Políticas Públicas de Educação, 2011), uma das palestrantes, Peixoto, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirmou que o nível de procura pelos cursos de licenciatura tem caído nos últimos anos. De acordo com a pesquisadora, isso se mostra de maneira clara pelo cálculo candidato/vaga no vestibular para os cursos de licenciatura e pedagogia na UFMG. Os dados apresentados pela pesquisadora mostram que nos últimos dez anos, os cursos de licenciatura e

pedagogia estavam entre os mais concorridos da universidade, mas aos poucos esse índice foi baixando, de forma que chegou ao total menor de 3,0 candidatos por vaga para esses.

Não se trata, portanto de um problema escolar, pontual e específico, mas sim de um problema sistêmico com conseqüências orgânicas à profissão, causando uma situação histórica no nosso país. De acordo com o histórico da profissão vista anteriormente nesse trabalho, o professor é historicamente desvalorizado no Brasil, causando a realidade que encontramos hoje. Com a evolução da desvalorização do professor progredindo é que encontramos esse quadro estatístico da UFMG, supracitado, relatando a queda do número de interessados nos cursos preparatórios para a docência na educação básica.

Os resultados da pesquisa mostram que o pedagogo em Brasília tem salário superior à média salarial do Brasil. Mas isso, não quer dizer que o profissional esteja sendo valorizado aqui. Pelo contrário, este trabalho também mostra que há uma defasagem em relação às outras profissões de nível superior, e até mesmo de nível médio.

O documento orientador das reivindicações do SINPRO-DF, a pauta de reivindicações para campanha salarial de 2011 do SINPRO-DF¹⁰, tem como a primeira de suas causas a isonomia salarial com a carreira de médico, além de auxílio alimentação de R\$585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais), mesmo valor pago aos servidores da Câmara Legislativa do DF, além de outros direitos como plano de saúde e um programa de habitação para os professores. Essas dados podem ser traduzidos da seguinte maneira: ser professor é optar por uma profissão com uma dos piores níveis salariais comparado às outras profissões de nível superior, e até de ensino médio. Apesar de toda a luta feita, historicamente, como vimos, o professor é um profissional desvalorizado frente a outras profissões de renome histórico, como o Direito.

Barbosa (2011) apresenta, ainda, uma tabela comparativa, apresentada abaixo, dos salários em outras profissões e do salário dos professores. A tabela é composta pelas médias dos rendimentos dos profissionais por região geográfica brasileira. Os professores da educação

¹⁰ Documento disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/>>. Acesso em 03 de dezembro de 2011, às 18h30min.

básica ocupam as primeiras posições, com as menores médias, e os médicos e juízes as últimas, com as maiores médias salariais. Fica evidente que o professor da educação básica, em algumas situações, é o profissional de nível superior que tem o menor salário, comparado a outras categorias. A afirmação de que baixos salários na carreira docente acaba atraindo profissionais bem preparados e altamente competitivos para outras carreiras.

, p. 107).

201.232	422,78	388,89	232,79	522,44	435,87	749,61
881.623	461,67	443,17	293,18	599,19	552,72	567,38
521.268	599,85	600,99	372,81	792,82	633,9	593,52
139.575	849,16	753,20	549,60	1.092,85	738,27	834,26
348.831	866,23	826,28	628,86	979,16	804,32	872,20
517.038	868,73	817,55	723,52	986,19	747,23	910,93
6.448	898,80	215,33	1.150,16	946,56	712,65	875,47
316.761	911,82	661,40	679,31	1.072,50	926,14	1.103,37
502.895	1.202,86	986,87	774,85	1.411,18	1057,85	1.123,93
421.318	1.310,56	1.053,94	794,02	1.586,97	1.308,30	1.876,79
72.743	1.510,64	1.344,46	1.320,40	1.457,90	1.488,02	2.087,23
89.387	2.091,53	2.129,41	1.674,46	2.250,53	1.949,68	2.321,03
44.772	2.254,66	1.700,77	2.009,08	2.227,19	1.641,35	3.592,64
2.408,40	3.512,94	1.584,94	2.588,47	1.986,32	3.133,88	
271.241	2.496,76	3.893,83	2.245,35	2.431,04	2.597,39	2.768,25
138.977	2.565,47	1.800,30	2.252,08	3.086,95	2.122,77	2.190,10
2.660,52	2.753,91	1.347,25	2.650,73	3.714,45	5.969,61	
2.973,06	4.429,82	2.576,78	2.801,77	3.260,41	4.110,87	
8.320,70	5.905,38	8.038,88	9.018,42	9.750,00	7.331,08	
10.036						

Tabela 2: Apresenta o rendimento médio mensal e o número de profissionais por tipo de profissão do Brasil e das regiões. BARBOSA, Andreza. *Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente*. Brasília: Liber Livro, 2011. P.92. Digitalização.

No Brasil, a questão da má remuneração (com as conseqüentes más condições de vida dos professores) ainda está associada à queda de prestígio, mas o prestígio social e financeiro ainda existe, principalmente junto às camadas mais desfavorecidas da população, que ainda percebem a educação como uma forma de ascensão social, e a profissão docente como um ofício melhor entre as profissões que lhes são acessíveis. É preciso investir em políticas públicas que realmente valorizem o trabalho docente, especificamente sua condição de salário.

Considerações finais:

O objetivo do trabalho, discutir a valorização do professor, tomando como base a questão salarial, foi contemplado. Retomando a discussão anterior, o professor é diretamente, mas não totalmente, responsável pela qualidade da educação. Podemos afirmar que, em parte, depende dele o aprendizado dos alunos, e por consequência, a qualidade da educação. O bom trabalho do professor, por sua vez, depende de uma série de fatores que chamamos de condições de trabalho, e entre elas se encontra o salário. O salário, portanto, é condição básica de trabalho.

A educação de qualidade custa caro, exige investimentos altos e um bom planejamento. O investimento no profissional diretamente ligado aos resultados em questão é determinante, para que esse seja valorizado e a carreira possa atrair profissionais de qualidade, que possam disputar as vagas e sobressair pela competência, e não pela falta de concorrentes.

A falta de interesse por esses cursos mostra o descrédito da profissão docente frente aos jovens, que cada vez mais procuram outras carreiras profissionais. Tendo vivido a realidade escolar nos anos anteriores aos do vestibular, os egressos querem cada vez menos dar aulas, pois testemunharam desrespeito e até violência aos professores, o desinteresse dos alunos em relação aos estudos e as constantes reclamações e informações divulgadas pela mídia e pelo senso comum sobre o baixo nível salarial dos docentes, o que foi comprovado a partir dos dados apresentados por Peixoto (2011), relatada aqui.

Além disso, é perceptível através da análise dos dados, que o professor, quando mais jovem, é submetido a salários menores, enquanto há outras carreiras que tem salário inicial muito superiores à carreira docente. Fato é que toda profissão possui um salário inicial, mas é desmotivador para o jovem candidato que ele seja muito baixo. Isso leva muitos pedagogos a buscarem outros empregos, por exemplo, na área empresarial ou cargos de chefia e orientação. Os pedagogos, recém-formados, passam a buscar cursos de pós-graduação, afastando assim, bons professores das salas de aula em busca de melhores salários, constituindo um entrave à educação.

Por fim, é notável que o professor participa ativamente da manutenção do lar, de acordo com o nosso estudo. Talvez, não seja como o senso comum afirma, que o salário do pedagogo é suficiente para o sustento do lar, já que os gastos familiares em Brasília ultrapassam o valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), mas sem dúvida, o salário do pedagogo é parte considerável da renda familiar.

Eu, formando em pedagogia, tenho medo da realidade financeira que encontrarei. Apesar de ter sido qualificado no concurso público para professor de educação básica, estou receoso de não assumir a vaga, por não ser chamado. Caso isso não aconteça, me submeterei a um emprego em escola particular, com salário equivalente até mesmo a 1/3 (um terço) do vencimento que encontraria na vaga pública. Precisaria, para ter um salário parecido, trabalhar em dois períodos em colégios particulares, o que não seria simples, pois apesar de não considerar isso em meu relatório, por não ser o tema desse estudo, é ainda mais difícil a um homem conseguir um emprego para trabalhar como professor na educação infantil e no 1º ciclo do ensino fundamental.

O salário, portanto, não é só dinheiro. O salário reflete a valorização ou desvalorização histórica e cultural do professor. O salário do professor indica interesse e investimentos ou não na melhoria da qualidade da educação. O professor, trabalhador digno de um salário que o recompense, tem sofrido com a desvalorização cultural da sua profissão, e isso não é só salário. O salário, tão importante para a sobrevivência de qualquer trabalhador, apenas reflete o que a sociedade e seu governo pensam sobre a educação e os profissionais responsáveis por ela. E não se tratam de bons resultados. É necessário que os responsáveis pela educação nacional e os envolvidos entendam a importância desse profissional e passem a valorizá-lo, não apenas financeiramente, para o desenvolvimento da educação e conseqüentemente do próprio país.

Referência Bibliográfica:

AGUIAR, Márcia Angela da S. et al. *Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação*. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.96, pp. 819-842.

BARBOSA, Andreza. *Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente*. Brasília: Líber Livro, 2011.

BRAGA, Denise da Silva; BARROS, Gislene Valério de. *Quem é o pedagogo? Concepções dos alunos do curso de pedagogia sobre a formação e a atuação do pedagogo*. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. (1996). *Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. (2000). *Lei Complementar n. 101, de 4 de Maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal)*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. (2007). *Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do FUNDEB)*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

_____. (2008). *Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 (Lei do Piso Salarial dos Professores)*. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

_____. (2011). *Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011 (Lei do Salário mínimo em 2011)*. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei no 12.255, de 15 de junho de 2010.

BORGES, Livia Freitas Fonseca; TÔRRES, Patrícia Lima. *O currículo como disciplina dos cursos de pedagogia no Distrito Federal*. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (s.d.). CEDES-UNICAMP - *Revista Educação & Sociedade*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-7330&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP n. 1/2006, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

CRUZ, Giseli Barreto da. *70 anos do curso de pedagogia no Brasil: uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais*. Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.109, pp. 1187-1205.

CUNHA, Renata Barrichelo; FERNANDES, Carla Helena; MOTA, Ednaceli Abreu Damasceno; NOGUEIRA, Eliane Greice Davanço. *Professor/a: os elementos de uma identidade em construção*. Pró-posições, v. 18, n. 1 (52) - jan./abr. 2007. Disponível em <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/>> e <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/>>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (s.d.). FE-UNICAMP – *Revista Pró-Posições*. Disponível em <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/>>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia no Brasil: a gestão da educação como gérmen da formação*. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.97, pp. 1341-1358.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não*. 7.ed.São Paulo: Olhos Dagua, 1993.

FÓRUM NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, sem n. de edição, 01 e 02 de dezembro de 2011. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Anais ainda não publicado em 06 de dezembro de 2011.

GATTI, Bernadete Angelina (Coord.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em 30 de novembro de 2011, às 18h30min.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio de Afonso. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. 1.ed. Brasília: UNESCO, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; FONTANA, Roseli Aparecida Cação. *Professoras e estagiários - sujeitos de uma complexa e "velada" relação de ensinar e aprender*. Pró-posições, v. 12, n.:2-3(35-36).jul.-nov. 2001. Disponível em <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/>> e <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/>>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

HYPOLITO, Alvaro L. Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. 1.ed. Campinas - SP: Papirus, 1997.

CORDEIRO, Aliciene F. M.; HOBOLD, Márcia; AGUIAR, Maria Aparecida L. de; JUNCKES, Rosane S. *As diretrizes curriculares nacionais dos cursos de pedagogia para a formação docente: Processo de implantação da resolução CNE/CP N.º 1/2006*. As diretrizes curriculares nacionais. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil*. Pró-posições, v. 16, n. 3 (48) - set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/>> e <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/>>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

LIBANEO, José Carlos. *Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores*. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.96, pp. 843-876.

MORALES, Pedro. *A relação professor-aluno: o que é, como se faz*. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2008. PAGINA

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves (2006). *O Processo de Pesquisa: Iniciação*. 2ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora.

NÓVOA, Antonio et al. *Profissão professor*. 2. ed. Portugal: Porto Editora, Ltda., 1995.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ROSA, Sandra Valéria Limonta. *Formação de professores e currículo: A proposta curricular do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás em debate*. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores*. In: NÓVOA, António. *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1995.

SILVA, Anamaria Santana da. *O curso de pedagogia e a formação para a educação infantil*. Pró-posições. v. 16. n. 2 (47) - maio/ago. 2005. Disponível em <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/> e <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/>. Acessado em 30 de novembro de 2011.

SOBREIRA, Henrique Garcia. *Uma nova pedagogia no estado do Rio de Janeiro?* In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

TORRES, Rachel Magarinos, CASTRO, Claudia Garcia Serpa Osório de, PEPE, Vera Lucia Edais. *Atividades da farmácia hospitalar brasileira para com pacientes hospitalizados: uma revisão da literatura*. Ciência & Saúde Coletiva, v.12, n.4, Rio de Janeiro, jul./ago. 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; BAFFI, Maria Adélia Teixeira; ALVES Márcia Rodrigues Ferreira. *A formação do pedagogo: Um currículo em discussão*. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, IV edição, 2008. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Anais. Florianópolis, S.C.: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2008. Cd-rom interativo com os artigos em pdf.

VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira e DUARTE, Bárbara Gonçalves Vaz. *Dispositivos de regulação conservadora, currículo e trabalho docente*. Educ. Soc. [online]. 2009, vol.30, n.106, pp. 221-237.

VIEIRA, Juçara Dutra. *Piso salarial nacional dos educadores: dois séculos de atraso*. 2.ed. Brasília: EDITORA CNTE, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino. *Política Educacional no Brasil: introdução histórica*. 1.ed. Brasília: Plano editora Ltda., 2003.